



UNIVERSO  
PARALELO DE  
MEYER FILHO  
PÁGINA 15



PRODUÇÃO  
MUSICAL  
INDEPENDENTE  
PÁGINA CENTRAL

# ZERO

FLORIANÓPOLIS, DEZEMBRO DE 2000 - ANO XVI, NÚMERO 6

## CADÊ TUA ARTE, FLORIPA?

A  
CULTURA  
QUE VOCÊ  
NÃO VÊ



ÚLTIMA EDIÇÃO DO MILÊNIO



3º Melhor  
Jornal-laboratório do Brasil  
Expocom 94

Melhor Peça Gráfica  
I, II, III, IV, V e XI  
Set Universitário  
88, 89, 90, 91, 92 e 98

Melhor Jornal-Laboratório  
Prêmio Foca  
1999

Jornal-laboratório do Curso de  
Jornalismo da Universidade  
Federal de Santa Catarina  
editado pelos alunos da  
disciplina Reportagem  
Especializada em Cultura

Concluído em 18 de dezembro

**Supervisão:** Prof. Henrique Finco (Zero), Profa. Gilka Girardello (Reportagem Especializada em Cultura)

**Arte:** Leonardo Kothe

**Colaboração:** Camila Gallo, Patricia da Silva, Sinergia

**Direção de arte:** Jônatas Kosmann

**Direção de redação:** Clarissa Moraes, Jônatas Kosmann, Leo Laps

**Edição:** Clarissa Moraes, Jônatas Kosmann, Leo Laps (seniores), Filipe Bezerra, Leonardo Collares

**Editoração eletrônica:** Jônatas Kosmann

**Fotografia:** Aníbal Renaldi, Clarissa Moraes, Eduardo Nicodemus Filho, Filipe Bezerra, Leonardo Miranda, Márcia Bizzotto

**Laboratório fotográfico:** Filipe Bezerra, Leonardo Miranda

**Secretário de redação:** Jônatas Kosmann

**Serviços editoriais:** Galeria Delta da Pintura Universal, Meyer Filho: Vida e Arte, The Macmillan Visual Dictionary, Vera Sabino

**Textos:** Andréa Fischer, Bruno Dorigatti, Camila Olivo, Clarissa Moraes, Cristiane De Lucca, Débora Sanchez, Débora Tozzo, Diego Fontoura, Filipe Bezerra, Jônatas Kosmann, Leo Laps, Leonardo Collares, Marcelo Comini, Marcela Albuquerque, Marina Gastaldi, Márcia Bizzotto, Sônia Campos

**Tratamento de imagens:** Jônatas Kosmann

**Impressão:** Diário Catarinense

**Trilha Sonora:** Janete e Joel, Elizah e Guinha, Tijuqueira, Jorge Gibbon, Marcelo Birck, Jethro Tull, Bob Marley, Ella Fitzgerald, The Ventures, Novos Baianos, Casa das Máquinas, Billie Holiday, Egberto Gismonti, Morphine, Jackson do Pandeiro, Elizeth Cardoso, D. Yvonne Lara, Mané do Cavaco, Miles Davis, Bezerra da Silva, B. B. King, Quinteto violado, João Nogueira, Paulinho da Viola, Itamar Assumpção, Jorge Maltner, Música do Nordeste, Deep Purple, Chico Buarque, Beth Carvalho, Dazaranha, Pipodélica, Black Sabbath, Martinho da Vila, Gordurinha, Luiz Gonzaga

**Redação:** Curso de Jornalismo (UFSC-CCE-COM), Trindade, CEP 88040-900, Florianópolis, SC

**Telefones:** (48) 331 9490 e 331 9215

**Sítio:** www.jornalismo.ufsc.br

**e-mail:** kosmann@newsite.com.br

**Circulação:** gratuita e dirigida

# ZERO PRECISA DAS DISCIPLINAS

Após cinco madrugadas de mutirão, espera-se que os leitores do ZERO possam ter acesso às informações de cultura normalmente preteridas pelos jornais da cidade em prol das baboseiras televisivas.

Produtores culturais e alguns jornalistas ajudaram a traçar as metas desta edição especial, feita com os textos da disciplina Reportagem Especializada em Cultura, ministrada pela professora Gilka Girardello. Com a liberdade que só a imprensa nanica pode ter os alunos resolveram abrir uma picada para longe dessa salada de novelas, estúdios de beleza e arte de mercado que se vêem publicadas por aí. Na página dois Débora Sanchez e Marcela Albuquerque contam como é a arte dos deficientes. Na página três, um apanhado geral do que foi discutido em sala, com reportagem de Débora Tozzo e texto de Filipe Bezerra. Nas páginas quatro e cinco, Leo Laps e Clarissa Moraes fazem o que a imprensa local não teve peito para fazer: mostrar as pessoas que não concordam com a administração asfáltica que a prefeitura vem fazendo.

Na seqüência, Clarissa Moraes relata mais um

caso mal-contado pela mídia: a proibição das apresentações culturais do Sindicato dos Eletricistas nas dependências da Gerasul (isso mesmo, cultura de graça no horário do almoço não é bem vinda por lá, leia na página seis).

Para mostrar a realidade dos espaços culturais na cidade, Camila Olivo e Sônia Campos falam das dificuldades de se conseguir uma apresentação nos locais adequados.

No mesmo embalo Diego Fontoura, na página sete, explica o porque de o estado só ter produzido dois longa-metragens nas últimas quatro décadas e da produção de curtas não ser exibida nos cinemas da cidade.

Na página central Jônatas Kosmann expõe a produção musical independente, seus custos, objetivos e empecilhos. Antes da música acabar, Bruno Dorigatti faz um apanhado histórico do chamado samba raiz e suas manifestações em Floripa.

Na página 11 Leonardo Collares conta a difícil situação dos grupos de teatro amador que pagam para poder encenar suas peças, quando não o fazem no meio da rua.

As páginas 12 e 13 são dedicadas à literatura desconhecida da cidade, com Marcelo Comini contando o sacrifício que é publicar um livro na em Florianópolis.

Depois, um balanço das artes-plásticas na cidade com o eterno Franklin Cascaes e seus temas bruxólicos e o surreal do imaginário de Meyer Filho, gênio das cores e dos detalhes. Tudo isso pela mão de Andréa Fischer, Bruno Dorigatti, Cristiane De Lucca, Jônatas Kosmann, Marcelo Comini e Marina Gastaldi.

Para finalizar, Zero mandou Márcia Bizzotto cobrir um retiro de ação de graças de uma igreja batista. As impressões deixadas pelos cultos e sermões estão expostas na contracapa desta edição.

Patinho feio do curso, relegado à segundo plano desde que as mídias eletrônicas foram escolhidas pelos alunos como vedetes, ZERO termina o milênio lembrando que por mais que queiram sufocá-lo em salas pequenas e mal preparadas, sempre haverá alunos românticos o bastante para marchar contra o pensamento único dos internautas e seus tubos de raios catódicos. Vida eterna ao jornal impresso.

**Os editores**

## Deficientes crescem com a arte

Arte feita por deficientes, pessoas com necessidades especiais ou sérios problemas psicológicos pode até não ter muito espaço no meio cultural em Florianópolis. Mas ela existe, e está aí para quem quiser ver. Música, dança, teatro, artes plásticas, essas pessoas atuam em todas as formas de expressão artística. E para elas, que normalmente têm seu espaço limitado na sociedade, a arte tem um papel fundamental pois pode auxiliar também no seu desenvolvimento.

A pedagoga Ida Mara Freire, mestre em educação especial e doutora em psicologia, ensina dança a cegos na Associação Catarinense de Integração do Cego (ACIC), em Florianópolis. Ela começou a trabalhar com

cegos por acaso. Ida conta que em 92, de férias em Florianópolis, ela estava voltando da praia para o Kobrasol e, de passagem pelo centro de cidade, observou que num determinado ponto havia um grande movimento de deficientes visuais. "Fiquei curiosa, e a minha curiosidade me levou a tentar descobrir como era a vida deles, saber como eles conseguem chegar à vida adulta apesar de tantas dificuldades." E foi assim que Ida começou a estudá-los e a trabalhar com eles.

Para estar apta a dar aulas de dança a cegos Ida especializou-se em dança. Hoje, nas aulas com os cegos, Ida trabalha a pró-percepção, ou seja, o corpo como eixo do espaço. Ida afirma que o sistema de dança contemporânea que usa nas aulas é chamado de body-mind centering, a associação de corpo e mente. "Meu trabalho não é uma dança-terapia, nem é livre. Cada parte da aula tem um porquê."

**Movimento** - Ida inicia suas aulas com os alunos andando pela sala para saber onde estão e quais obstáculos podem encontrar nesse espaço. Depois os alunos fazem um círculo e cada um deve fazer um movimento que indique o que a pessoa está sentindo naquele momento. Eles devem descrever o movimento que foi feito para que todos os outros possam repeti-lo. "Dessa forma eles acabam conhecendo o estado de espírito dos colegas na aula e aprendem a lidar com isso, a respeitar o momento dos outros."

Depois desse "movimento-saudação" Ida começa a trabalhar os movimentos que eles já conhecem ou

novos. Nesse processo, a dança também pode ser usada como forma de aquisição de conhecimento. "Nas aulas pode-se trabalhar conceitos matemáticos, como quantidade de pessoas, passos, trajetórias circulares ou retilíneas; pode-se também trabalhar com a história da arte, que está inevitavelmente ligada à história geral", afirma a professora.

Guiados pelas palmas da professora, os alunos devem reproduzir os movimentos descritos por ela para depois criarem os seus próprios, utilizando o que aprenderam. Ao final da aula, de mãos dadas em círculo, cada aluno deve dizer uma palavra que esteja relacionada com a aula do dia. "Alegria", "Ritmo", "Amizade", "Amor", "Movimento", substituem "Tristeza", "Cansaço", "Rotina" e "Solidão". Suas aulas transformaram-se no vídeo "O belo, o movimento, o caminhar sozinho". O vídeo foi apresentado este ano no *Dancing Child International* (DACI), que é uma instituição da UNESCO.

**Cura da loucura** - Ao longo da história, da Idade Média até o século XX, queimar pessoas na fogueira, fazê-las dar mil giros por minuto ou dar eletrochoques eram consideradas soluções. Até que chegaram as "milagrosas pílulas", moderna tentativa de cura, e causa de tantos efeitos colaterais. É disso que trata a peça de teatro "Como curar a loucura", feita pelo Grupo de Usuários de Drogas Antipsicóticas (GUDA), e dirigida por bolsistas do Curso de Psicologia da UFSC dentro de um projeto do professor Marcos Eduardo Rocha Lima, o Marquito.

"A peça retrata o espírito do grupo, explica o professor. No começo, há uma dança de índios onde todos erguem os braços, arregalam os olhos e botam a língua para fora num grito. Passa um indivíduo e diz: "Mas isso é loucura". "A loucura está nos olhos de quem a vê", é a resposta que recebe. "Chegamos à conclusão de que ninguém é louco e todos somos", diz o professor Marquito, ao destacar os pontos-chave da peça.

O grupo tem oito pessoas, e a peça já foi apresentada inclusive na I Mostra Nacional de Práticas em Psicologia, em São Paulo, onde o público pediu "bis". "A platéia se emociona com a peça, principal-

mente quando dizemos que existem usuários ali", diz a bolsista Elisa Nunes Silveira. "Esta é a proposta do Marquito, ninguém sabe quem é o psicólogo, o estagiário ou o bolsista, todos são tratados da mesma forma". E continua: "Agora, alguns que tinham medo de se expor já pedem para ter falas ou para pegar papéis mais difíceis", completa.

O NAPS recebe psicóticos que saem de internações em hospitais psiquiátricos de Florianópolis. "Eles chegam travados, parecem robôs", conta Elisa. Nos encontros regulares, são feitos laboratórios de exercícios corporais, e o grupo ainda se encontra em horários livres para bate-papo e reflexão. Com a entrada dos bolsistas, a prática do grupo ficou centrada no teatro. Qualquer pessoa que vai ao núcleo é convidada a participar. Para que os novos se integrem, há uma troca de papéis e todos experimentam vários personagens. "Escrevi uma peça pequena com personagens de poucas falas, caso ocorram saídas ou entradas de integrantes do grupo. Se temos que trocar os personagens, fica mais fácil", explica o professor Marquito.

O grupo já experimentou de tudo um pouco. Tai-chi, massagem, psicodrama, "mas o teatro foi o melhor", diz Marquito. "O psicodrama trata da vida da pessoa, coloca a vida em cena. O teatro não envolve necessariamente a vida particular, e acontecem mudanças na pessoa sem que ela perceba", explica. "Agora entrou um batuqueiro no grupo e estamos trabalhando com sons tribais", acrescenta. Para ele, a psicologia do século XXI é a arte. Cerca de 200 pessoas passam pelo núcleo diariamente para fazer consultas e participar das oficinas de teatro, mosaico, máscara, pintura, cerâmica e música. Envolvendo psicólogos, assistentes sociais, psiquiatras, educadores, enfermeiras e estagiários, o NAPS atua há quatro anos. Os pacientes são encaminhados através dos postos de saúde e outros setores assistenciais. Assim, como diz Marquito, "crianças, adolescentes e adultos com problemas psíquicos são estimulados a resgatar a cidadania longe das internações psiquiátricas."

**Débora Sanchez  
Marcela Albuquerque**

# Jornal prefere verba a verbo

Cada caderno cultural dos jornais de Florianópolis tem seu método de trabalho, mas é comum que o repórter tenha que sair para a entrevista sabendo muito pouco do assunto, ou então que use só as informações que chegam através dos releases para compor seus textos, por falta de tempo. Há pouco investimento na especialização dos jornalistas e as empresas não se interessam em ter mão-de-obra setorializada. Ana Cláudia Menezes, repórter de *A Notícia*, por exemplo, além de cobrir a área de cultura, também faz matérias de esportes, por falta de pessoal nesta editoria. Deste modo não há como esperar um resultado esplêndido de nossos suplementos culturais.

Marisa Napolini, jornalista e produtora cultural, relata um caso que se passou anos atrás, numa visita da atriz Marília Pêra a Florianópolis. Marisa trabalhava para um dos jornais locais, foi participar de uma entrevista coletiva com a atriz, e percebeu que Marília estava se irritando com as perguntas feitas pelos outros repórteres. "Como eu gostava muito dela e me interessava pela profissão de atriz, tinha muito mais informações que os outros jornalistas, que nitidamente não se prepararam para a entrevista. A partir de certo momento pareceu que a coletiva era só para mim, pois a atriz passou a escutar só as minhas perguntas", contou Marisa.

A falta de preparo e especialização dos jornalistas, aliada à necessidade de se produzir muitas pautas em pouco tempo, revelam a ineficácia da estrutura dos jornais. Muitas vezes, se amplia o leque de assuntos tratados por estes suplementos, para abranger as ditas variedades. "Os cadernos de variedades abrangem um universo de diversos assuntos, como o nome já diz. Comportam moda, artes (todas), espetáculos, cinema, livros, beleza, lazer e comportamento", esclarece Chuchi Silva, editora do caderno de variedades do *Diário Catarinense*. Ela revela que o antigo caderno de cultura do *DC* foi gradativamente substituído pelas variedades. "Um caderno de cultura é mais específico, trata de temas artísticos e literários sem que estes sejam obrigatoriamente factuais. Existe espaço para poesia e discussões acerca deste e de outros gêneros, é possível reproduzir trechos de obras de um D.H. Lawrence, ou de um Plínio Marcos, discutir mitologia e relacionar todos estes temas com o cotidiano", explica Chuchi.

**Balaio do showbiz** - Esta transição do caderno de cultura para o de variedades faz parte do conjunto de mudanças sofridas pelo jornalismo, e à medida que foi aumentando o peso do poder econômico, os assuntos em pauta e a tendência editorial também mudaram. "Sempre falta espaço para a cultura porque a tendência (dos ultrapassados) é achar que cultura é coisa de elite, que não interessa ao trabalhador que rala todo dia, que não vende jornal", conta Chuchi. A troca da cultura por assuntos supostamente mais atraentes traz consigo um balaio repleto de figurões do *showbusiness*. "Se acaba dando espaço para fofocas de artistas de televisão e de cinema, como a filha da Xuxa ou o casamento da Madonna. Acredita-se que são assuntos que

'vendem' mais. De certa forma é verdade. E não dá para negar que Xuxa e Madonna são sempre notícia, assim como bafões e baixarias", completa Chuchi.

Se a baixaria, o escândalo, o colonismo social e o *showbusiness* estão tomando o lugar da cultura nos periódicos, pode-se dizer que é porque assim vende mais, certo? Talvez, mas é errado tentar pensar por uma entidade tão abstrata como o público e saber com precisão o que ele quer. É ainda pior esquecer a função

empresas jornalísticas. "A censura econômica acabou com o jornalismo investigativo", diz ele, que também é cineasta e diretor dos filmes catarinenses mais premiados da história, *Desterro* e *Novembrada*. "O jornal hoje vive de perfumaria", afirma ele. Paredes tem opiniões fortes e fala com a experiência de quem já trabalhou como *free lancer* para a *Veja* e o *Jornal do Brasil*, além dos jornais locais *DC* e *O Estado*. "O *DC*, por exemplo, é o famoso jornal arara: muito colorido, mas não fala nada". Segundo ele, o jornalismo, além de subserviente em relação ao poder, tornou-se também acrítico e desmemoriado. "Atualmente predominam as reportagens de consumo imediato, não há continuidade, não há memória", completa Paredes. Ele trabalhou durante a ditadura e conta que se "a censura naquela época era imposta pela força do regime militar, hoje é feita pelo lado econômico." Todos esses fatores geram desinformação e falta de reflexão.

A maioria dos produtores culturais entrevistados para esta matéria não reclamou da cobertura da imprensa local, mas muitos se queixaram da falta de continuidade das matérias. Os *releases* enviados às redações dos jornais, quando bem feitos e com assuntos de interesse, são geralmente publicados, mas sempre fica a sensação de que os assuntos se esgotam muito rapidamente, saindo um só dia no jornal para não mais serem lembrados. Outra queixa é quanto à falta de crítica nos veículos impressos.

**Colunistas intelectuais** - Esta questão envolve diretamente a formação do jornalista. "A crítica é muito importante, sim, mas quem a realiza deve ter total embasamento para opinar de forma positiva ou negativa", diz Gisa Frantz, editora do caderno de cultura do jornal *O Estado*. O fato é que hoje o jornalista mal tem tempo de cobrir suas muitas pautas diárias (geralmente três pautas em cinco ou seis horas), quanto mais de estar lendo e estudando temas culturais. "A falta de crítica se deve, e muito, à falta de estrutura nos veículos. Ao contrário dos jornais de outras capitais brasileiras, os repórteres de cultura não podem 'se dar ao luxo' de trabalhar apenas em temas setorializados, salvo raras exceções. Assim, fica mais difícil um domínio total para realizar uma crítica, especialmente para não se cometer gafes ou injustiças", completa Gisa.

O cineasta Eduardo Paredes acrescenta que a falta de crítica e a opção pelas matérias de consumo imediato criam outro grave problema: "Hoje quem são os formadores de opinião? São os jornalistas ou os críticos? Não, infelizmente quem está formando opinião atualmente em Florianópolis são os colunistas sociais". Geralmente os colunistas sociais não têm uma ampla formação teórica e costumam tratar dos assuntos de uma classe econômica que não é a da maioria da população. Outro problema é que estes colunistas não têm obrigação de saber profundamente sobre aquilo que falam, podendo escrever besteiras sobre os assuntos mais diversos. "Teve um colunista que fez uma crítica sobre um de meus filmes sem nunca tê-lo visto", lembrou Paredes.

O diretor do Museu da Imagem e do Som (MIS) de Florianópolis, Eduardo Paredes, também criticou o mercantilismo das



ARARA Bafões e baixarias sustentam editorias de cultura locais

social e informativa do jornal. "O povo busca sangue e escândalo, mas também tem sede de aprender. Quer entender de cinema, de teatro, quer entrar em uma galeria de arte e saber que a obra de Dalí é surrealista, assim como é surrealista o nosso Meyer Filho. E é o nosso papel estimular esta necessidade", diz ainda Chuchi Silva.

**Jornais-arara** - Para o jornalista e escritor, Fábio Brüggemann, todos os leitores querem qualidade. "Eles não reivindicam essa qualidade porque nunca viram. Faça um experimento: dê um mês de *Diário Catarinense* com bons textos, reflexão, crítica. Os leitores não vão querer voltar ao que era antes", diz. Ele já trabalhou em vários jornais locais e diz que o quadro piorou nos últimos anos: "Em 1985 eu escrevia para o *Caderno 2* do *DC* (hoje extinto), e os jornalistas costumavam fazer discussões abertas sobre os assuntos que seriam dados. Vinham escritores e outros do meio cultural e depois tudo era publicado na íntegra". Brüggemann acredita que não há mais lugar para o jornalismo romântico, aquele movido pela ideologia pura. Para ele, o jornalista agora é funcionário de uma indústria privada, e como qualquer outro obrigado a vestir a camisa da empresa. "Eles só acreditam no que dá lucro", analisa Brüggemann. "Entre a verba e o verbo todos os jornais preferem a verba", completa.

O diretor do Museu da Imagem e do Som (MIS) de Florianópolis, Eduardo Paredes, também criticou o mercantilismo das

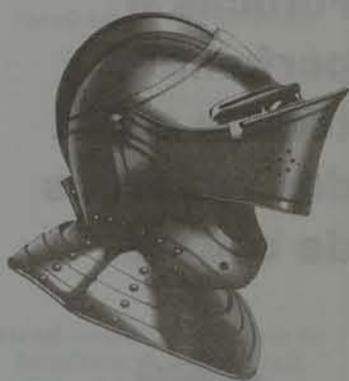
**Fofocas e perfumaria tomam conta dos cadernos de cultura**



Filipe Bezerra

# Fórum condena clientelismo

**Artistas e produtores da capital querem fim da ineficiência das leis municipais**



Um grupo de artistas locais acusa a Fundação Franklin Cascaes (FFC) - órgão equivalente a uma Secretaria Municipal de Cultura - de empregar uma política cultural falsa e "clientelista". Este descontentamento deu origem ao *Fórum de Artistas e Produtores Culturais de Florianópolis*, que tem como objetivo criar um Estatuto Municipal da Cultura e formular um Conselho Municipal de Cultura. O movimento surgiu em maio, num protesto realizado durante a *Mostra de Dança* no Centro Integrado de Cultura, onde 32 artistas lançaram um manifesto contra a FFC acenando lenços pretos.

Fábio Brüggemann, sócio da editora Letras Contemporâneas, presidente da União Brasileira de Escritores em Santa Catarina e representante do Fórum, afirma que a Fundação apóia somente os projetos que não trazem críticas, e tem medo de quem reflete, pensa e fala. Conta que "até meados dos anos 80, os artistas possuíam cargos governamentais e por isso a política cultural na cidade era extremamente clientelista". Para alterar esse modelo, uma nova geração de artistas começou a produzir independentemente através da iniciativa privada. Dino Giglioli, integrante do Fórum e diretor cultural do Sindicato dos Eletricistas de Florianópolis (Sinergia), explica que a luta é para que a cultura faça o seu papel: "questionar as verdades e as regras impostas pela sociedade, como o neoliberalismo e o individualismo".

Inicialmente o Fórum contava com cerca de quarenta entidades participando do debate. Hoje o número não chega à metade. A explicação para isso, segundo Dino, é que muitas vezes o artista ou produtor se aproxima com a expectativa de resolver o seu problema. Quando percebe que o Fórum trata de questões de maior amplitude e não de projetos particulares, acaba saindo. Para Dino, o relevante no Fórum é que "mesmo nessa apatia geral foi possível aglutinar pessoas que trabalhem em sentido coletivo, na perspectiva não do meu livrinho, do meu teatro, do meu grupo de dança, mas pela cultura como um todo. Se não for para participar de uma ação coletiva e organizada, a pessoa que se contente em pedir pinico ao deputado, ao vereador, ou ao prefeito. Se alguém tem essa postura, nem é para estar no Fórum mesmo, é uma questão clientelista que a gente busca romper", conclui Dino.

Num debate que reuniu os candidatos à prefeitura, um mês antes da última eleição, o Fórum apresentou uma proposta com ações e diretrizes para a elaboração de uma política cultural pública. Todos os candidatos assumiram que, caso fossem eleitos, a incluiriam em seu plano de governo. Como a única ausência foi justamente a da prefeita Ângela Amin, o Fórum solicitou uma audiência com ela no início de novembro para saber se ela poderia recebê-los e avaliar a proposta. Com a justificativa

de que a prefeita está sob licença médica, ainda não houve resposta.

O Fórum quer criar um estatuto que, além de abranger a atual política municipal, daria mais apoio à produção cultural e teria um regulamento que não poderia ser modificado a cada mudança de governo. Seriam incluídas nesse estatuto leis



CRÍTICA Fábio acusa a Comissão de temer quem pensa

como a do Fundo para o Cinema (Funcine), que desde os anos 80 destina uma porcentagem das bilheterias das salas de cinema e locações em vídeo-locadoras para a produção cinematográfica municipal. Fábio Brüggemann propõe que essa quantia seja aplicada na compra de equipamentos que seriam alugados a preços públicos, barateando o orçamento de filmes e vídeos, ao invés de bancar a produção de uma única obra. "Não queremos que o Estado produza cultura, mas crie mecanismos para que as pessoas produzam cultura", argumenta Brüggemann.

**Imposto pela cultura** - A Lei Municipal de Incentivo à Cultura, apresentada na Câmara de Vereadores e regulamentada pelo então prefeito Bulcão Vianna em novembro de 1991, embora criticada, também seria incluída no estatuto idealizado pelo Fórum. Ela permite que o produtor artístico-cultural capte recursos para desenvolver seus trabalhos através do redirecionamento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) e do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), o que significa que a empresa privada que estiver em débito com a prefeitura em algum desses impostos poderá abater até R\$50.000 da dívida financiando projetos na área cultural. Para tornar possível o funcionamento da Lei, foi criado um órgão consultivo de gestões anuais, formado por pessoas ligadas ao campo das artes e à FFC: a Comissão Permanente de Cultura (CPC). Sua função é avaliar os projetos apresentados e determinar quais deles serão beneficiados com a lei.

Os membros da última CPC, que trabalharam até outubro, eram: Maristela de Figueiredo (coordenadora e funcionária da FFC), Vera Collaço (professora da Universidade do Estado de Santa Catarina), César Campos Júnior (funcionário da Secretaria Municipal de Finanças), Hoyedo Lins (integrante da Academia Catarinense de Letras), José da Rocha (funcionário do Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis). Os suplentes eram: Jarina Menezes (presidente da Associação Catarinense de Artistas Plásticos) e Juarez de Medeiros (professor da Universidade Catarinense). Portanto cinco membros, sendo dois da prefeitura municipal (um da Secretaria de Finanças e outro da

FFC), e outros três indicados por entidades de Florianópolis escolhidas, segundo o manual, por sua representatividade, pluralidade e atuação no processo cultural. O Artigo 15 da Lei, onde constam tais entidades, foi o único alterado pela prefeita, através do decreto nº 636/98. Pela Lei de 1991, 16 entidades culturais estavam a indicar possíveis membros à CPC. Com o decreto de Ângela Amin este número foi reduzido a 13, com cinco novas entidades entrando e oito sendo destituídas.

A escolha dos membros tem sido feita pela prefeita todo final de ano desde 1998, junto à Fundação Franklin Cascaes, e a partir de 1999 também junto à Comissão que tem sua gestão terminada (a nova comissão inicia suas atividades em janeiro de 2001). A ex-coordenadora da CPC, Maristela de Figueiredo, fala que é realizado um estudo para descobrir quais candidatos sugeridos são mais capazes e entendedores do assunto. Veja o exemplo dela: "sou funcionária da prefeitura há 22 anos e com a antiga gestão da dona Ângela fui nomeada assessora técnica da FFC. Logo fui nomeada secretária da primeira CPC e, além disso, eu trabalho com eventos de Carnaval".

Maristela informa que a lei não funcionou até a prefeita Ângela Amin solicitar, em 1998, que fosse posta em prática. Houve então uma primeira Comissão que, de acordo com Maristela - secretária da CPC na época -, "não deu muito certo". Em julho de 2000 foi lançado o Manual da Lei Municipal de Incentivo à Cultura, que segundo ela deu credibilidade à lei. "Antes disso havia uma Comissão, mas algumas entidades não indicavam funcionários, não havia prazo para a finalização dos projetos nem regulamentos de como seria feita a redução do IPTU e do ISS", afirma Maristela.

**Lei manca** - Para Rafael Pereira Oliveira, da produtora Áfrika e integrante do Fórum de Artistas, a lei não tem tal credibilidade. Antes de seu projeto Musical de Verão ser aprovado pela CPC, em setembro deste ano, ele já tinha garantido o patrocínio do Costão do Santinho Resort. O problema, segundo Rafael, é que a comissão está confusa, pois não sabe qual o procedimento a ser tomado depois de conseguir o financiamento. "Não tenho conhecimento de nenhum projeto que esteja com o processo em andamento", disse Rafael, que realizou reuniões com membros da Associação do Comércio e Indústria de Florianópolis e o empresariado local para "esclarecer" o manual. Maristela comenta que "não é fácil você ter um projeto e apresentar tudo que está sendo solicitado pela Lei, só que é menos complicada que a do Estado". Entretanto, admite que pessoas que tiveram projetos aprovados no primeiro edital da Lei, ainda tinham, no final de novembro deste ano, dúvidas sobre o manual.

Maristela afirma que a Comissão não decide sobre a circulação do dinheiro, a responsabilidade é da Secretaria de Finanças, que define como será feito o "abatimento". César Campos Júnior, membro da comissão pela Secretaria, fala que a CPC emite um certificado permitindo que os patrocinadores utilizem dinheiro vindo dos impostos para a realização dos projetos. No entanto, pelo telefone, disse que "há várias dúvidas sobre alguns parágrafos da Lei". Empresários e Fundação têm dúvidas sobre artigos como o 1º, que fala que o patrocinador poderá utilizar apenas 70% do valor total do projeto. Isso significa, segundo César, que se um projeto custar R\$ 50 mil o investimento possível será, no máximo, de R\$ 35 mil. O manual mal parece ter sido revisado, visto que há até números trocados (80 por 180).

Leo Laps  
Clarissa Moraes

<b>QUEM SAIU</b>	FECATA, Cinemateca, Instituto dos Arquitetos do Brasil, Prometeu Libertus, Associação dos Arte-Educadores, Associação Catarinense de Engenheiros, Associação Catarinense de Medicina, Sindicato dos Jornalistas
<b>QUEM ENTROU</b>	ÚNICA, IPUF, Fundação Açoriana de Cultura, Funcine, Instituto Histórico Geográfico de Santa Catarina
<b>QUEM FICOU</b>	FCC, UFSC, Udesc, Academia Catarinense de Letras, Fundação Franklin Cascaes, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Associação Catarinense de Artistas Plásticos, OAB

INCOERÊNCIA Prefeita retira médicos, engenheiros, jornalistas e arquitetos e inclui IPUF

# CPC define mas não decide

## Manual de Incentivo apresenta muitas exigências e poucos esclarecimentos

Todas as áreas da cultura devem ser representadas num conselho com autonomia deliberativa, abrangendo o número máximo de representantes, e não sendo apenas um gerenciador de atividades culturais. Esta é a opinião do Fórum de Artistas e Produtores Culturais de Florianópolis. A coordenadora da última gestão da Comissão Permanente de Cultura, Maristela de Figueiredo (responsável pela aprovação de projetos culturais que buscam benefício da Lei Municipal de Incentivo à Cultura — ler matéria anterior), explica que nem todas as entidades culturais da cidade estão representadas na Comissão. Pois, segundo ela, “ia dar o maior quebra-pau, tá louco!”. Para ela, a CPC só dá certo porque não há choque de idéias entre seus membros.

Dino Giglioli, diretor cultural do Sindicato dos Eletricitários de Florianópolis (Sinergia) e integrante do Fórum, fala que hoje tudo está muito vinculado à Fundação Franklin Cascaes. “O poder público não pode de forma alguma ser maioria na Comissão, assim sempre acabará com força maior. Deve-se ter autonomia para decidir em relação a finanças, em relação a tudo” ele opina. Fábio Brüggemann, que também participa do Fórum, crítica a superintendente da FFC, Lélia Pereira da Silva Nunes, sob o argumento de que ela centraliza demais os rumos das atividades culturais da Fundação. Maristela defende que a Comissão é autônoma; que ninguém interfere nas decisões: “A professora Lélia nunca falou sobre a lei, quando solicitada ela sempre manda falar comigo, jamais opinou sobre algum projeto. Somos ligados ao gabinete da prefeitura, não à Fundação. Ela somente oferece à Comissão estrutura para que esta funcione”.

Dino participou recentemente do protesto *Arte Contra a Barbárie*, em São Paulo, e fala que “o que deveria existir é algo muito mais amplo, como o que havia antes dessa Comissão: o Conselho de Cultura, que discutia as questões culturais como um todo”. Segundo ele, o Fórum não pretende ser caracterizado como uma entidade, mas como um movimento cultural inédito em Florianópolis. Por isso não é “juridicamente” organizado. No dia seis de dezembro o jornal *Folha de São Paulo* publicou uma matéria na capa do caderno *Ilustrada* falando dos eventos promovidos em São Paulo pelo movimento *Arte Contra a Barbárie*, e das mobilizações culturais realizadas atualmente em outras capitais do país. Entre elas estava o Fórum.

Maristela diz que já ouviu falar das propostas do Fórum, mas acha que não tem por que acompanhá-las. Alguns participantes do Fórum, como a produtora Aprika e o artista cênico Révero Ribeiro conseguiram ter seus projetos aprovados pela CPC. Entretanto, a ex-coordenadora da comissão fala que eles nunca procuraram a ela ou a superintendente da Fundação, Lélia Pereira da Silva Nunes, para conversar sobre o assunto.

**Algumas exigências** - Os interessados em inscrever projetos para a avaliação da CPC têm de apresentar currículo e alguns documentos. Outra exigência é ser residente no município há pelo

menos cinco anos e que seu trabalho seja considerado correspondente aos interesses culturais da cidade. A aprovação dos projetos, segundo o manual da Lei, levará em conta clareza, exatidão e integridade das informações, caráter cultural (benefícios e participação da comunidade, acesso a populações de baixa renda, interesse comum), adequação orçamentária (custar entre R\$ 1 mil e R\$ 50 mil) e possibilidade de realização. Maristela afirma que “o investimento só pode ser gasto no município”, e se o empreendedor quiser apresentar seu trabalho fora, o custo é dele. Os projetos culturais da prefeitura também podem se beneficiar da Lei de Incentivo, como aconteceu com o 8º Festival Isnard Azevedo, em outubro deste ano. A FFC conseguiu, através do projeto da superintendente Lélia Nunes, R\$ 50 mil do total de R\$ 356.895 necessários para sua realização.



Foto: Filipe Bezerra - ZERO

Para financiar os projetos, o valor dos incentivos fiscais pode variar de 1% a 2,5% da receita total proveniente do IPTU e do ISS. Neste ano foi liberado 1%, que equivaleu a R\$ 1 milhão. A quantia é dividida em quatro parcelas de R\$ 250 mil para serem utilizadas nos projetos aprovados em editais realizados nos meses de janeiro, abril, julho e outubro. Se for necessário, essas parcelas podem ser suplementadas com dinheiro de outros editais. Outro limite orçamentário é previsto no primeiro artigo da Lei de Incentivo, que diz que a empresa só poderá re-



CARÊNCIA Giglioli aponta a redução de

verter até 20% do total que deve do IPTU e do ISS por projeto financiado. Segundo o relatório dos projetos aprovados, fornecido por Maristela, desde a implantação da lei, em novembro de 1998, foram aprovados 18 projetos, custando ao todo R\$ 436.455,00.

**Imprensa censura** - Dino acusa o governo do Estado de estar tirando das empresas públicas recursos destinados à cultura para usar o dinheiro em outros fins não culturais. Documentos obtidos pela Intercel (conjunto de sindicatos no qual se inclui o Sinergia) comprovam a utilização de R\$ 553 mil, mas “de acordo com informações internas passadas aos sindicatos a cota de patrocínio já passou dos R\$ 3 milhões. Dinheiro que está sendo usado para fazer clientelismo, para agradar uns e outros”, afirma Dino. A denúncia foi publicada no *Linha Viva*, jornal do Sinergia, no dia nove de novembro

deste ano. Consta que o representante dos empregados no Conselho de Administração da Celesc está cobrando explicações sobre quanto a empresa desembolsou em patrocínios durante o ano, já que a conduta da direção da Celesc tem se resumido a pagar a conta dos recibos enviados pelo Secretário de Governo, Amaro Lúcio da Silva e pelo diretor de divulgação da Secretaria do Estado de Governo, Antonio Felix Amorim.

Em resposta ao Conselho, o presidente da Celesc, Francisco Küster, enviou uma correspondência ao secretário do governo dizendo que *tendo em vista o incremento sazonal das despesas desta empresa... vimos solicitar suspensão de patrocínios e todo tipo de apoio de caráter financeiro a terceiros, até fim de janeiro do próximo ano*. Como exemplo dos patrocínios concedidos pela Celesc, está o valor de R\$ 7.500 para a Associação Comercial e Industrial de Chapecó, para a realização da Feira Internacional de Processamento e Industrialização de Carnes, o mesmo patrocínio que já havia sido negado pela Secretaria de Agricultura e pela Secretaria de Integração ao Mercosul.

Quanto à participação do empresariado na cultura local, para Dino é uma questão relativa, pois “se o empresário abate do seu imposto de renda, que iria para um bolo público para ser investido, quem está pagando isso somos nós”.

A cobertura da imprensa local sobre as atuações do Fórum teve notas mal-explicadas. Ana Cláudia Menezes, jornalista de *A Notícia* que testemunhou o protesto que deu origem ao Fórum enquanto fazia a cobertura da *Mostra de Dança* da FFC, diz que sua matéria sobre o fato não foi publicada por motivos editoriais, como o tamanho, por exemplo. Já o debate entre Fórum e os candidatos às eleições municipais 2000 refletiu-se em uma matéria no *Diário Catarinense* e mais duas no *A Notícia*.

O manual da Lei Municipal de Incentivo à Cultura, de acordo com Maristela, foi muito divulgado em rádio, tv e jornal, além da internet. No entanto, somente no último edital o número de projetos inscritos foi maior que a soma de todos os anteriores. Alguns integrantes do Fórum rebatem dizendo que o manual foi pouco comentado no meio artístico. Outros se queixam de que a Lei trata a arte como uma mercadoria e o artista como um vendedor, porque o artista tem que vender projetos de sua obra para viabilizá-la. Ah, se todos fossem poetas...

Leo Laps  
Clarissa Moraes



# Arte perde a vez na Gerasul

Privatização acaba com seis anos de apresentações promovidas pelo sindicato



**C**hegaram vestidos em sacos de lixo, com as cores verde e amarelo no rosto, fita isolante na boca e acompanhados por uma percussão de ritmo afro. Assim iniciou a manifestação de protesto dos membros do Sindicato dos Eletricistas de Florianópolis (Sinergia) em frente à Gerasul, empresa subsidiária da multinacional belga Tractebel. O motivo foi a censura da diretoria da empresa ao Projeto Meia Hora, que seria um projeto como todos os outros se não fosse por um detalhe: acontece somente em locais de trabalho na hora do almoço.

Há seis anos o sindicato conseguiu viabilizar a realização deste projeto nas empresas Celesc, Eletrosul, Operador Nacional do Sistema Elétrico e Gerasul, buscando uma transformação social através de um trabalho cultural que já promoveu mais de 100 atividades, como música, dança e teatro. O projeto foi desenvolvido até 1999 na Gerasul, que agora resolveu impedir, ao invés de estimular, a continuação do projeto. O motivo seria a falta de espaço para realizar as apresentações, mas de acordo com o diretor cultural do Sinergia, Dino Giglioli, "existe um hall que poderia perfeitamente ser utilizado. Na verdade eles não querem que o trabalhador tenha acesso às atividades culturais, talvez pelo fato de que o sindicato possa sair ganhando com o projeto." Júlia de Souza, outra diretora do projeto, disse que "a empresa não informou nem se pretendiam voltar a participar".

**Descaso** - A imprensa local não deu importância ao protesto, a não ser o SBT, que fez uma matéria sobre o fato. Em Joinville, durante o 5º Encontro Catarinense de Escritores, Dino entregou um manifesto escrito para os responsáveis pelo *Anevo* (caderno de cultura do *A Notícia*), procurando explicações para o descaso da mídia. "Pela primeira vez na história do sindicalismo em SC, ou pelo menos em Florianópolis, realiza-se um protesto que não seja relacionado com trabalho, que não seja em relação a vale-refeição, não seja em relação a classe social; é pela cultura. E o jornal *A Notícia*, que é ali do lado, não deu cobertura nenhuma", critica Dino, que agora espera um parecer do jornal sobre o protesto.

A omissão da mídia local está se tornando comum quando se trata de



SESTA Funcionários do setor elétrico podiam assistir espetáculos nos locais de trabalho após o almoço

cultura. "Artistas e projetos que não são considerados 'grandes', dificilmente conseguem a ajuda necessária", comenta o produtor cultural Nani Lobo. Florianópolis, mesmo sendo uma capital pequena, possui muitos artistas de altíssima qualidade que não encontram possibilidades de desenvolver nem apresentar seus trabalhos. O Meia Hora tenta dar espaço para todos os artistas e, até hoje, nenhuma apresentação foi repetida, desta forma o Sinergia acabou assumindo o papel do governo, de auxiliar a produção cultural. Segundo Dino "o sindicato não quer de forma alguma substituir o Estado, mas acha que a sindicância não serve só para reivindicação de salários e empregos melhores, serve também para uma fazer uma repercussão crítica, e a cultura está precisando disso agora".

**Roteiro** - Em 2000 as atividades aconteceram de seis de novembro a onze de dezembro. Foram mais de vinte apresentações, além de concursos, oficinas e mostras de artes plásticas. Na música, a cantora Jane Amuniz cantou o resgate das músicas de serenata e um grupo tentou apresentar um pouco do imaginário infantil. Aproveitando os 500 anos do Brasil, o Meia Hora foi

encerrado com apresentações de dança afro do grupo Oduduwa e do grupo de dança e canto dos índios guaranis Kuaray Ouá. Nesse dia foi gravado um cd. A escolha das atividades busca reforçar a cultura brasileira e suas influências, aparentemente esquecidas em Florianópolis. "Quando ocorre um projeto maior na cidade nós também aproveitamos para levar parte dele para os locais de trabalho", disse Dino Giglioli. Como exemplo, informou que alguns grupos do Festival de Teatro Isnard Azevedo deste ano também se apresentaram nos locais de trabalho beneficiados pelo Projeto Meia Hora.

Além de possibilitar que artistas locais apresentem seus trabalhos, o Sinergia conseguiu criar um contato antes inexistente entre eles e os trabalhadores. Por isso, trabalha-se com a idéia de que cultura é investimento e não despesa. Apesar de receber apoio de inúmeras entidades, os gastos são pagos somente pelo sindicato, que possui um orçamento destinado à cultura. Neste ano o Sinergia gastou com o projeto em torno de 7 mil reais e atualmente recebe apoio da Fundação Franklin Cascaes, órgão da prefeitura responsável pela cultura; da

Associação dos Empregados da Eletrosul (Elase), que representa também os trabalhadores da Gerasul; Aprosul; Associação Beneficente dos Empregados da Celesc (Abcelesc); e da Associação dos Profissionais da Celesc (Apc). Dino, que também faz parte da União Brasileira dos Escritores, diz que o apoio que recebem "é mais para divulgação das entidades. A FFC, por exemplo, está incluída por emprestar fitas de teatro".

**Retorno** - O Projeto Meia Hora já se tornou tradição nos locais onde trabalham eletricitários de Florianópolis. Prova disso foi o resultado da pesquisa realizada pelo sindicato, em 1999, na Celesc, Gerasul e Eletrosul: "100% dos trabalhadores não só aprovaram as atividades culturais como consideraram importante a continuidade do projeto", informou Júlia de Souza, do Sinergia. Por ser aberto ao público, a comunidade também pôde assistir as apresentações. Entre 1995 e 1999, em torno de 10 mil pessoas prestigiaram o projeto, mas atualmente o público deixou de ser tão expressivo devido à redução de 50% dos empregados da Eletrosul. Mesmo assim, busca-se através do projeto um público maior e ainda quebrar a normalidade, a sonoridade e as regras dentro de uma empresa.

Releases sobre o Meia Hora foram enviados para toda a imprensa na tentativa de divulgá-lo, mas este ainda não conseguiu o merecido espaço na mídia local. Até agora ele só foi citado em forma de nota, sem um aprofundamento. Segundo Dino, "isso ocorre porque quando é um empresário que promove, a coisa muda de figura. A indústria Portobello, por exemplo, promoveu uma semana de atividades e foi capa em quase todos os jornais da cidade". Mas apesar dessa realidade, o Sinergia ainda espera sensibilizar outros sindicatos para que tenham iniciativas semelhantes, decidindo, como diz Dino "não investir tanto em futebol e mais em cultura".

## Burocracia para expor é pedra no caminho do artista

Os alunos de Artes da Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc), acostumados a expor seus trabalhos na própria universidade, enfrentam outra realidade ao sair da faculdade. "Qualquer exposição exige uma burocracia muito grande, o artista não tem espaço aqui na cidade," diz Olívia Camboim, aluna de Artes Cênicas. Ela e mais cinco colegas inauguraram em dezembro o Vazio Espaço Livre de Arte, que promete ser uma saída para artistas que buscam reconhecimento.

O lugar, uma casa particular na rua Saldanha Marinho cedida para o espaço cultural, deve abrigar pequenos espetáculos teatrais, exposições de arte

e artesanato, além de feiras alternativas, como o *Mercado Mundo Mix*. No Vazio, não haverá burocracia para expor, basta um telefonema para agendar uma visita e acertar a data, de acordo com a disponibilidade do local.

Já um espaço tradicional como a Galeria de Artes da UFSC, por exemplo, pede uma série de requisitos comuns à maioria dos espaços culturais: carta de solicitação com dados pessoais e histórico profissional, convites e catálogos que comprovem a atividade artística, textos críticos e um mínimo de dez fotos coloridas. O diretor da Fundação Catarinense de Cultura, Iaponan Soares, acha que essa burocracia é o mínimo que o artista deve enfrentar para consolidar

sua imagem no mercado. "Hoje temos opções de espaços culturais para todos os artistas, o desenvolvimento de um projeto formal não pode ser um obstáculo para quem quer começar." A coordenadora do Curso de Artes Plásticas da Udesc, Rosana Bortolin, concorda que os artistas precisam se profissionalizar. "A sala Lindolf Bell do CIC é um local acessível para qualquer pessoa que tenha um projeto pronto. Mas os artistas nem chegam até lá porque já sabem que vão ter que se submeter à opinião de outras pessoas. É um pouco de falta de profissionalismo." Mas, em outro aspecto, Rosana discorda de Soares. "O número de espaços para exposições pode até ser grande, mas não são espaços

adequados." Para ela, as exposições em espaços privados como bancos e *shopping centers* são uma faca de dois gumes. "Isso proporciona um convívio maior com a arte, mas as pessoas estão diante de uma arte mal exposta, com uma iluminação inadequada, o que interfere bastante no trabalho do artista e que vai interferir na interpretação do público. Além disso, parece que esses locais buscam os artistas como uma alternativa para a decoração, o que não tem nada a ver com estímulo à arte e à cultura."

Camila Olivo  
Sônia Campos

Clarissa Moraes

# Filme de catarina é curtametragem

Parare um instante e tente lembrar o nome de cinco filmes produzidos em Santa Catarina. Difícil? Que tal três títulos? É realmente uma tarefa complicada, mesmo para aqueles que se dizem apaixonados por cinema. A dificuldade em responder decorre, provavelmente, de que esses filmes não foram exibidos nos cinemas de Florianópolis, ou se foram, ficaram tão pouco tempo em cartaz que acabaram passando despercebidos.

Vários motivos podem ser apontados para explicar a esporádica exibição dos filmes produzidos no Estado, mas a principal delas é consenso entre os produtores audiovisuais: a falta de salas de cinema. No caso da Grande Florianópolis, a situação é particular. Das míseras oito salas existentes, seis delas — localizadas nos Shoppings Beiramar e Itaguaçu — pertencem a uma mesma empresa, a Arco-Iris. As exceções ficam por conta do Cine Clube Desterro (o cinema do CIC) e do ainda pouco conhecido Bar Cine York, ambos comandados por Gilberto Gerlach.

O monopólio informal que se constituiu na cidade, principalmente em relação aos cinemas dos shoppings, além de trazer males à população — como o controle de preços e seleção de filmes —, é especialmente ruim para os cineastas locais. A gigantesca demanda de filmes "hollywodianos" acaba por tomar conta das salas de exibição da cidade, não deixando brechas para produções alternativas, muito menos catarinenses. Com exceção do cinema do CIC, que, a duras penas e longos atrasos, tem conseguido manter uma programação mais variada, incluindo em seu cardápio produções nacionais, e de vez em quando locais, as salas da cidade têm exibido só cinema americano.

Para o cineasta Penna Filho, com mais de quarenta anos de experiência, a possibilidade de mudança está na mão dos exibidores. Ele diz que só com um empresariado preocupado com a questão cultural poderemos ter uma política de exibição do cinema brasileiro. Porém, ele não acredita nessa possibilidade. "Os exibidores sempre foram contra o cinema brasileiro. Para que os filmes fossem exibidos foi preciso criar uma lei", afirma.

A mentalidade empresarial do lucro imediato adotada pela maior parte dos proprietários de salas de cinema acaba deixando o público à mercê dessa ideologia, sem acesso a outro tipo de produção cinematográfica que não a americana. "Isso é muito perigoso", diz a cineasta e diretora financeira da Cinemateca Catarinense, Maria Emília Azevedo. "As pessoas ficam sem opção. Acabam por conhecer somente o cinema comercial. Ficam alheias a outras formas de pensamento" completa. Para a diretora, é de extrema importância que o público tenha acesso a produções independentes.

Gilberto Gerlach acha que o governo do Estado deveria investir na construção de espaços culturais que pudessem garantir o acesso do público aos filmes brasileiros e, ao mesmo tempo, dar vazão à produção nacional. Segundo ele, os donos de salas comerciais não vêem com bons olhos os filmes brasileiros porque a maior parte não tem boas bilheterias. O motivo para o pequeno número de espectadores seria a falta de qualidade dos filmes. "Os filmes brasileiros têm que ter uma qualidade muito especial para cativar o público. Isso só se consegue de vez em quando. Salvo algumas exceções como *O Auto da Compadecida*, a maioria dos filmes produzidos no Brasil não dá lucro" disse Gerlach, dando como exemplo o filme *Tolerância*, que estreou em 60 salas em todo país e na terceira semana estava fora de cartaz.

**Cinema catarina** - Qualidade é o que não falta aos filmes produzidos em Santa Catarina para o presidente da Cinemateca Catarinense, Zeca Pires. No entanto, o fato de a produção local ser basicamente de curtas eleva à décima potência a dificuldade de exibi-

los em salas comerciais. Diretor dos curtas *Manbã*, *Farra do Boi* e *Ponte Hercílio Luz*, Zeca costuma mergulhar de cabeça numa via crucis de mostras, festivais, e exibições em escolas para divulgar suas produções. Para Maria Emília, que em 1995 dirigiu o curta *Alva Paixão*, o problema dos festivais e mostras de cinema é que eles acabam atraindo um público já dirigido. "O curta-metragem nunca é visto pelo grande público, pois a maioria das pessoas não participa de eventos de cinema" afirma.

Apesar da fama de implacáveis com a produção nacional, as empresas que veiculam os filmes, de vez em quando, resolvem estender a mão aos cineastas locais. Aqui no estado, um acordo com a Arco-Iris permitiu que *Alva Paixão* fosse exibido pelo cinema da empresa em Joinville. A mesma oportunidade tiveram Zeca Pires e o cineasta Norberto Deppizolati, que

**Lei do curta** - Os produtores cinematográficos afirmam que os acordos feitos com as empresas de cinema para conseguir exibir seus filmes não seriam necessários se a legislação fosse cumprida. Há uma lei de âmbito nacional que garante a exibição de filmes brasileiros de curta duração antes de longa-metragens estrangeiros em salas comerciais. Conhecida como Lei do Curta, ela nunca foi revogada, mas desde o fim da Embrafilme passou a ser simplesmente ignorada.

No momento, a Associação Brasileira de Documentarista (ABD) está se empenhando para que a lei volte a ser cumprida. Porém, a questão é polêmica até mesmo entre os cineastas. "Acho interessante a negociação da ABD para podermos experimentar a reação do público. Mas, na maioria das vezes, quem vai ao cinema ver um filme como o *Rambo*, não está interessado em assistir a um curta que trata de questões tão diferentes" afirma Maria Emília.

Para outros cineastas, como Penna Filho, isto é apenas uma questão de adequar os curtas aos filmes estrangeiros. O curta *Manbã*, de Zeca Pires, foi exibido antes de um *blockbuster* com Julia Roberts. Apesar da discrepância, o diretor afirma que o filme foi muito bem recebido pelo público. "Tinha gente que ia ao cinema só para ver o *Manbã* e depois ia embora" conta Zeca.

**Caminho alternativo** - Enquanto não se resolvem os impasses em relação à obrigatoriedade de exibição dos curtas nacionais, algumas iniciativas estão sendo desenvolvidas na tentativa de amenizar o

problema. A Cinemateca Catarinense, com o patrocínio da Caixa Econômica Federal, desde o começo do ano vem organizando exibições de filmes nacionais, em forma de mostras temáticas, no auditório da Justiça Federal, onde antigamente funcionava o Cine Cecomtur. Várias produções locais já foram exibidas. Na última mostra de cinema político, havia dois curtas catarinenses.

Enquanto isso, o Museu da Imagem e do Som de Santa Catarina (MIS/SC), dirigido por Eduardo Paredes, está em fase de desenvolvimento do Projeto Cine Roxy. O projeto, num primeiro momento, pretende fazer uma espécie de censo da situação das salas de cinema no Estado. Com base nesses dados, o MIS irá, junto às prefeituras, desenvolver uma política para a reabertura de salas ou espaços culturais que estão atualmente fora de uso.

Recentemente, produtores culturais do Estado reuniram-se com o governador Esperidião Amin para exigir uma política pública para o setor audiovisual catarinense. Entre os itens propostos estava o apoio para a dinamização do Cine Cecomtur, com o aperfeiçoamento dos equipamentos; a criação de novas salas de exibição, principalmente em cidades que não possuam cinema; e a criação de um programa de televisão que se dedique à exibição de filmes catarinenses.

Para Zeca Pires, nenhuma dessas iniciativas dará resultado se não houver investimentos na produção de filmes catarinenses. Segundo ele, de 1986 pra cá foram produzidos somente 14 filmes, sendo só um longa-metragem. "Sem produção não tem o que exibir" afirma. Na reunião com o governador Amin ficou acertado o lançamento de um edital para a produção de um longa no valor de R\$ 800 mil. O último filmado em Santa Catarina foi *Cruz e Souza - O Poeta do Desterro*, lançado em 1999 pelo diretor Sílvio Back. Até então, o único longa-metragem catarinense era *O Preço da Ilusão*, realizado em 1957 pelo Grupo Sul, em cima de história escrita por Salim Miguel e Eglê Malheiros, num esforço cooperativo entre o governo do Estado e a iniciativa privada da época.

**Cruz e Souza é o único longa produzido no Estado em quatro décadas**

... numa seção de *Novembrada*



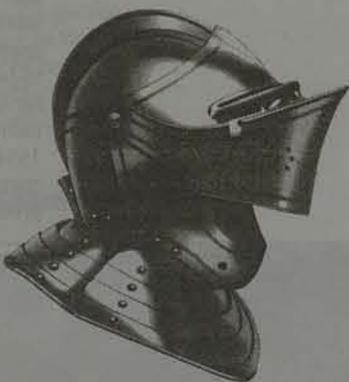
em 1989 conseguiram exibir *Manbã*, no antigo Cine São José, em Florianópolis.

O mais recente, e talvez o mais bem-sucedido exemplo de filme catarinense exibido em sala de cinema comercial é *Novembrada*, premiada produção de Eduardo Paredes. O curta, considerado uma minisuperprodução local, estreou em novembro de 1998 e ficou oito semanas em cartaz numa das salas do Shopping Beiramar. Na pré-estréia, foi preciso fazer oito sessões para acomodar o público. E, segundo o diretor, durante cinco semanas o filme foi exibido nenhuma poltrona vazia, atraindo número maior de pessoas do que os "enlatados" *Nova York Sitiada* e *Formiguinha Z*.

Tamanho sucesso deu a alguns a impressão de que poderia estar chegando ao fim o conflito entre cineastas locais e exibidores. Afinal, estava mais do que provado que os curta-metragens produzidos no Estado tinham condições de garantir uma boa bilheteria em salas comerciais. Porém, o próprio diretor do filme classifica o sucesso de *Novembrada* como um caso atípico. Os motivos são vários, entre eles o fato de o filme já ter sido premiado em inúmeros festivais antes de sua estréia, e também de ser protagonizado por uma celebridade "global", o ator Lima Duarte. Além disso, *Novembrada* foi exibido junto com o primeiro filme do cineasta, o também curta *Desterro* (1994), num horário alternativo - das 13 às 14 horas - para não alterar a programação "normal" da sala. O preço do ingresso também era atípico: dois reais.

Penna Filho, diretor de mais de 10 filmes, incluindo três longa-metragens, concorda que, devido à série de características particulares, o filme de Paredes fugiu à regra, e acabou não refletindo os problemas de exibição enfrentados pela maioria dos cineastas catarinenses. "Não quero, de maneira alguma, desmerecer o filme do Eduardo Paredes, mas a experiência que ele teve com o *Novembrada* foi realmente uma exceção. O filme tinha uma figuração de cerca de duas mil pessoas. Se levamos em conta cinco familiares de cada uma delas, já teríamos de princípio um público de dez mil pessoas para o filme" avalia o cineasta.

Diego Fontoura



# Floripa tem mais som que público

## Produtores independentes acreditam no mercado catarinense e sabem que o retorno seria muito maior se as rádios da cidade prestigiassem artistas locais

Ele tem 35 anos, é portolegense, gremista, formado em composição pela UFRGS e não fuma um há 14 anos. No entanto, seu som é muito louco. **Marcelo Birk** é o nome do seu disco solo, síntese dos seus 20 anos de música, e resume suas passagens pelas bandas Prisão de Ventre, Grafórea Xilarmônica e Aristóteles e Ananias Jr. Tudo misturado com muitos ruídos e barulhos, numa legítima produção *underground* de dois mil reais. Birk acha que o músico não deve fazer concessões em seu trabalho. *Surf Atonal*, décima terceira faixa do disco, diz que se alguém vem me falar que está errado desse jeito, eu digo: está desafinado e para mim não é defeito. Quero ver as notas fora de lugar, mesmo sabendo que nem todo mundo vai assimilar. Ele afirma que seu trabalho é influenciado pela ingenuidade da bossa nova e pela pesquisa de material levada às últimas consequências que é a música do século XX. Acha o *rock steaneano* uma influência perniciososa e que hoje em dia o que a gente mais ouve no rádio é "gente banana fazendo uma música para gente banana. Todo mundo é amiguinho, tudo é bonitinho e ninguém critica nada". E completa dizendo que desde os Beatles está todo mundo repetindo as mesmas fórmulas de composição.



BIRCK Surfista atonal

Birk esteve em Florianópolis por ocasião do Festival Isnard Azevedo. Veio como sonorizador do grupo teatral *Jogo de Cena*, e aproveitou para fazer um show no bar Bucaneiros, tendo como apoio uma mistura de músicos das bandas Coxabambas e Pipodélica. "Em 1995 eu fiz mais de dois mil contatos com bandas, fanzines e revistas de todo o país, mas não obtive muitas respostas de Florianópolis. Para mim, foi uma surpresa encontrar uma que pudesse me acompanhar", conta.

Em Floripa as propostas e idéias de Marcelo Birk realmente não encontram eco no setor de produção independente. A cidade produziu mais de 25 cd's desde 1994, há pelo menos cinco bandas em fase de finalização e preparação do lançamento, mas as produções locais custam, em média, dez vezes mais que o trabalho do compositor gaúcho e abrem uma série de concessões, para tocar no rádio e fazer sucesso.

Hoje, qualquer um com quinze mil reais pode lançar seu disco no mercado catarinense. Os estúdios proliferam por Floripa cobrando, em média, 50 reais por hora. A cidade abriga dois selos independentes (Microbio Grava Sons e LOM Music), além de uma série de bandas com trabalhos em fase de produção e acabamento. "Com oito mil reais, uma banda bem ensaiada pode gravar e mixar um disco em Florianópolis, faltando apenas masterizá-lo e prensá-lo", informa Douglas Narcizo, proprietário do *Artstudio* e produtor de *Jam*, primeiro trabalho musical em cd produzido na Ilha, em 1994. O resto do investimento fica por conta do encarte e da prensagem - processo utilizado na produção de cd's em escala industrial.

Naqueles tempos felizes de moeda forte, Douglas e Leandro Marcucci, organizaram e produziram uma coletânea com 15 músicas de nove bandas locais, num orçamento de 5.700 dólares. No entanto, Douglas admite que o projeto pecou pela inexperiência. Não houve um direcionamento comercial e cada banda gravou seus próprios arranjos. Sete músicas foram gravadas em inglês e a maioria das faixas ficou maior que os três minutos e meio preferidos pelas rádios. "Hoje eu seria mais criterioso na escolha do repertório", analisa Douglas.

**Histórico digital** - *Jam* representou uma mudança na mentalidade dos músicos da Ilha. Após o princípio do movimento musical independente dos anos 80, onde todo mundo trabalhava suas próprias composições, a década de 90 correu o risco de ser marcada pelas bandas cover (bandas locais que tocam igualzinho ao disco das bandas famosas). No entanto, *Jam*, com suas 15 músicas inéditas, anunciou o que seria o cenário musical de Floripa de 94 em diante: uma proliferação crescente de gente investindo no seu próprio som.

Uma das primeiras bandas da década de 90 a acreditar no potencial de um som dito ilhéu e a obter retorno financeiro foi Dazaranha. Surgida em 1992, até hoje a banda ainda não teve uma produção completamente independente. O grupo venceu o edital da Federação Catarinense de Cultura de 1995, e recebeu sete mil reais para produzir seu primeiro CD. Com o di-hierro da FCC e mais sete mil reais captados pelos integrantes, a banda finalizou a gravação, mas ficou sem grana nenhuma para pensar e divulgar o material. E acabou assinando por dois anos com o selo RBS/RGE, que lançou *Seja Bem Vindo* em 1996 (veja box).

**Grande gravadora** - Em 98, Dazaranha assinou com a gravadora paulista Atração Fonográfica. O selo lançou *Tribo da Lua*, segundo álbum da banda e recorde de venda. Mas o contrato com uma gravadora maior não garante a sobrevivência financeira do grupo. "Trimestralmente vem uma grana pela venda de discos, mas o sustento a gente tira dos shows", diz Adauto, baixista da banda. Hoje, o cachê do Dazaranha é cinco mil reais.

Outra florianopolitana que tem contrato com a Atração é Irene Pavoni. Acordeonista, Irene resolveu fazer um registro musical para que o neto tivesse contato com seu trabalho. As 13 faixas de *Acordeonissimo* foram gravadas em doses homeopáticas ao longo de 96. Um amigo acabou levando o disco para a

Atração, que se interessou pelo material e propôs a Irene um contrato de três anos. Hoje, com o final do contrato se aproximando, ela se ressente do tratamento que recebeu da gravadora e não pretende renovar o contrato. "Meu próximo cd será independente", afirma.

As causas do descontentamento de Irene com a Atração são as mesmas de Lobão, artista que comprou briga com as gravadoras: grana. Irene diz que não sabe quantos discos foram prensados, e que em três anos de contrato recebeu 83 reais pelas vendas dos discos. "Pra conseguir 25 cópias pra mim, foi um sufoco. Há pouco tempo eu liquei pro departamento de vendas e um rapaz deixou escapar que haviam sido prensadas 10 mil cópias, mas logo ele voltou atrás, e eu não tenho nada que comprove essa informação. Mas já pensou? Vendo 10 mil discos e ganho 83 reais?", pergunta.

**Primeiro selo** - A primeira gravadora da Ilha é fruto do trabalho de uma ONG, a CIA da Cultura, surgida em 1995. Seu idealizador, Márcio Furtado, conta que um estudo de mercado indicou um potencial financeiro grande no mercado musical, que, mesmo sem um projeto de peso que viabilizasse a produção industrial, contava com muitas bandas em atividade. "O Microbio Grava Sons surge como uma alternativa ao mercado, interrompendo o ciclo onde a gravadora explora o produtor, que explora a banda, e a casa de shows, que explora o público", diz Márcio.

O projeto inicial da CIA da Cultura era uma coletânea de dez bandas locais, mas sem conseguir patrocínio a CIA decidiu primeiro vender um disco para depois fazê-lo e entregá-lo ao cliente. "A gente tinha a ilusão de que se tivesse o capital para o primeiro disco todo patrocinado, a gente teria o capital de giro necessário para no mínimo, lançar seis discos por ano", conta Márcio. Num sistema de cooperativa, as bandas venderiam os discos umas das outras. Só que a idéia de vender o trabalho de outras bandas não foi bem aceita pelos músicos, e a maioria acabou não vendendo as suas cotas. Isso sem falar das bandas que acabaram ou se fundiram. No final, dos 70 mil reais investidos em produção pela CIA, boa parte ainda não retornou. "A gente acredita na idéia de desenvolver cultura com cidadania e continua investindo", diz Márcio.

A divisão dos lucros no Microbio também é diferente do mercado fonográfico. A banda recebe 350 cópias na primeira tiragem para dispor como quiser. Daí em diante, até que o custo de produção seja pago, os discos são vendidos pelo selo, a 15 reais. Quando o Microbio recupera o investimento inicial, o preço é reduzido para dez reais, e, para cada cópia vendida, são descontados os custos de produção e os impostos, sendo o lucro dividido meio a meio entre o selo e a banda.

A primeira produção da gravadora foi *O Parto*, do Prima-vera nos Dentes, lançado em 1996. O disco demorou oito meses para ficar pronto e foi totalmente produzido em São Paulo. "Na época, o único trabalho produzido em Floripa era o *Jam*, e nós achamos que valia a pena manter a banda toda em São Paulo para obter um produto de boa qualidade", conta Márcio. No final das contas, o parto custou 22 mil reais e vendeu até hoje 3800 cópias.

O segundo projeto do Microbio foi o disco *Brasil Papaya*, da banda de heavy-metal instrumental de mesmo nome. Gravado em São Paulo e lançado em Floripa no ano de 1997, *Brasil Papaya* custou 18 mil reais e vendeu 1500 cópias. Depois disso, a gravadora co-produziu os discos *Realidade Suburbana* e *Tijuqueira* (o Microbio co-produz bandas que não estão no sistema de cooperativa, dividindo tudo meio-a-meio). *Realidade Suburbana* custou oitomil reais, foi inteiramente produzido em Floripa e vendeu 800 cópias. Já *Tijuqueira*, que mesmo sem ser lançado já vendeu 600 cópias, foi gravado na Ilha e mixado no Rio, fechando em 22 mil reais.

**Modelo mundial** - O outro selo local é o LOM Music, de propriedade de Fábio Della Giustina, com uma proposta mais alinhada com o modelo fonográfico de produção em larga escala. Surgida em 1999, com o lançamento do disco *Ribeirão*, de Edir Lima, o selo bancou os 10.500 reais referentes à produção das mil cópias, ficando com o direito sobre as vendas. Com mais de 600 cópias vendidas, o disco já foi pago, mas Fábio sabe que ele não será um recordista de venda. "O Edir é um cara que tem outro emprego, e não pode fazer muito show, então não dá pra vender muito", diz Fábio.

A mais recente produção do selo é o disco *Carne Viva*, lançado no CIC em outubro, com a participação do veterano Serguei no show de lançamento. O primeiro disco da banda Carne Viva custou 10 mil reais e já foram vendidos 90% das mil cópias originais. O segundo disco está programado para maio do ano que vem, "isso porque cada trabalho tem o seu tempo, e para banda é importante o lançamento desses dois discos tão próximos um do outro", explica o dono do selo.

Fábio foi convidado para ser guitarrista da Yeah!, banda que recentemente assinou um contrato de produção de três discos com a Indi Records (gravadora de Vinny e Wando) e tem uma música tocando em cadeia nacional. Não estava nos seus planos lançar-se por um selo que não fosse o seu, mas em face do poder financeiro da Indi, achou uma boa idéia. "Minha idéia sempre foi o mercado, ven-der disco, mas se a Yeah! estourar eu terei uma rede de contatos que vai possibilitar a expansão da LOM", comenta. Ele sabe que quem vende disco em grande quantidade é quem toca no rádio, não quem faz muitos shows.

**Apoio** - Um dos poucos auxílios financeiros com o qual os músicos podem contar em Floripa é o Edital da Federação Catarinense de Cultura. Iniciativa dos tempos do governo Paulo Afonso, quando se chamava Cultura Viva, nas suas cinco edições premiou 15 trabalhos com dinheiro para a produção de um disco, e outros dois com verba para a finalização. Em 98 os premiados não receberam a grana porque o Edital foi publicado mas não inserido na dotação orçamentária do governo estadual. Em 2000, o prazo para as inscrições encerrou em novembro, com 21 projetos inscritos. O governo do Estado garante ter incluído este edital no orçamento.

A verdade é que o tratamento dispensado à música é diferente do tratamento dispensado aos outros campos artísticos. O Edital recebeu, este ano, 300 mil reais para ratear entre sete áreas (letras, dança, música, artes plásticas, cinema e danças populares), mas só um décimo desse valor foi destinado à música, em duas cotas de 15 mil reais, enquanto as letras, por exemplo, receberam 60 mil reais, em seis cotas de cinco mil. Outro ponto levantado por Ivan no tratamento do setor musical é a ausência de um festival de música na cidade.

**Erudito** - Sem ajuda oficial, a orquestra de câmara Camerata Musical de Florianópolis sempre penou para conseguir realizar seus projetos e hoje, após sete anos de trabalho árduo, é a me-lhor orquestra do Estado. O que inicialmente seria um espaço para aprimorar os alunos do ma-estro Jefferson Della Rocca acabou se tornando um fenômeno de público e um dos principais projetos patrocinados pela iniciativa privada na cidade.

A surpresa ocorreu em 1999. O pai de dois músicos da Camerata comentou a existência da orquestra com o presidente da Intelbrás, Jorge Farias, e isso resultou em uma apresentação da Camerata num evento da empresa. O resultado foi uma parceria, com a orquestra levando *As Quatro Estações* de Vivaldi a 20 cidades catarinenses, num custo total de 213 mil reais.

No presente momento Della Rocca e Maria Elita estão finalizando *Tributo à Música Popu-*

*lar Brasileira*, terceiro disco da Camerata, que será lançado dia 22 de dezembro. Para este projeto, eles conseguiram a aprovação de um projeto no Fundo de Incentivo à Cultura, que bancou 80% do orçamento de 83 mil reais. "É preciso que fique claro que nada disso caiu do céu. Foram necessários 15 anos de aula para formar os músicos, sete anos batendo de porta em porta, até que um dia você coloca 3 mil pessoas no CIC e o cara que não te deu patrocínio vê que perdeu uma boa oportunidade", ressalta Maria Elita.

**Silêncio** - A reclamação mais comum daqueles que produzem música na capital do Estado é a inexistência de uma política de estímulo e proteção à produção local. O jornalista Pedro Leite, diretor e programador da Itapeira, rádio com um perfil sofisticado e direcionado para a classe A (em termos de formação cultural), discorda da necessidade de uma política protecionista para a produção local. "O nacionalismo doente é o primeiro passo para o fascismo. Pessoas são pessoas em qualquer lugar e produção cultural é produção cultural em qualquer lugar", afirma Pedro. Ciente de que jamais conseguirá agradar a todos, ele segue firme no slogan da rádio "o mundo toca aqui." Para ele, a riqueza da música está na mistura. "Se o músico local quer cantar a Ilha, tudo bem, mas cante a Ilha numa linguagem rica, com um diferencial", diz.

Em função desse estilo característico, uma das reclamações de Pedro é que os artistas passam a direcionar a sua produção em função do que consideram o perfil do veículo. "O artista não pode se pautar pelo rádio. Ele tem que ter uma produção consistente, bem feita, para aí sim tocar no rádio", diz, ressaltando que o artista pressiona a rádio tanto quanto as gravadoras. "De todos os sons locais que eu conheço, o que se enquadra no perfil da Itapeira está tocando ou já tocou. Tem que parar com esse mania de dizer 'ninguém toca minha música, eu sou discriminado, cotidinho de mim', porque pena só atrai pena", explica.

No outro lado dessa história está a Rádio Udesc. No ar há três anos, ela é conhecida pela facilidade de acesso à sua grade de programação. "Todo material que tiver uma qualidade técnica mínima entra na programação, e enquanto o público não reclamar, fica", explica Gilberto Sampaio, diretor e programador da rádio, com 37 anos de carreira. De caráter educativo, a rádio Udesc é operada por bolsistas e dedica uma hora por dia, de segunda à sexta, para trabalhos locais. "Somos uma rádio formadora. Estamos apresentando artistas da cidade para que a população possa aprender a gostar da música daqui", explica Gilberto.

**Espaços** - Só que o drama na acaba nas rádios. A falta de espaços adequados para shows musicais é a principal causa de Elizah estar mo-



Fotos: Filipe Bezerra - Zero

rando em São Paulo há sete meses. Desde seu começo com Guinha Ramirez (violinista com quem gravou seus dois discos) ela tentou dar a suas apresentações uma "cara de show", mesmo tocando em bar. Mas aqui, fora do circuito dos bares os espaços são muito poucos. "Em 98 ela gravou na Austria *Beijo Manga*, seu segundo disco (o primeiro é *Como o diabo gosta*, de 95). Desde então já voltou quatro vezes à Europa para shows, vendendo lá mais da metade das dez mil cópias que *Beijo Manga* vendeu.

Em novembro fez quatro shows em Portugal, acompanhada por Luiz Meira, violão, e Guelo, percussão. Elizah fez o mesmo circuito da Adriana Calcanhotto e ficou impressionada com o tratamento que o artista recebe lá. "Toquei nos mesmos lugares, com as mesmas condições, de igual pra igual com qualquer músico. Só para ter uma idéia, toquei num centro cultural onde o Saramago estava lançando um livro, e o meu nome e o dele estava do mesmo tamanho nos folders da programação", conta. De volta à realidade local, abriu o show de João Bosco no CIC, no início de dezembro.

Desta vez em Floripa para acompanhar Elizah, Luiz Meira é o hoje o instrumentista local de maior projeção nacional. Guitarrista, já tocou com Paulo Moura, Roberto Menescal, Artur Maia, Gal Costa, Sá e Guarabira, Fátima Guedes, e tem sua produtora há cinco anos. Morando fora da Ilha há 10 anos, Meira acha que todo músico tem que sair de sua cidade, independente de qual ela seja. "Em Nova York, Belo Horizonte ou Floripa, se o cara não viajar, não tocar com gente diferente e para gente diferente, fica sempre na mesma, porque nenhuma cidade é grande o bastante para um músico com ambição."

Por isso Juliano Diniz está indo tocar nos Estados Unidos. Depois de sua última passagem por lá, em 98, o guitarrista foi convidado a tocar na Spa Jazzy, banda de jazz que está lançando o segundo disco. Ele tocou com o baixista da Spa Jazzy num curso que fez em Boston, mas não esperava ser convidado pra tocar. "Eu estranhei, perguntei se estava faltando guitarrista nos EUA e ele me respondeu que tinha gostado muito do meu som e que queria que eu fosse", lembra. Juliano embarca dia 27 de fevereiro do ano que vem para integrar a banda e fazer a turnê do segundo disco nos EUA e na Europa.

Textos: Jônatas Kosmann



PLATEIA Elizab, no alto, e Luiz Meira concordam que nenhuma cidade é grande o bastante para um músico com ambição



PEDRO Sem pena

Foto: Leonardo Miranda-Zero



**RAÍZ** Dinbo, no destaque, é um dos componentes d'O Bom Partido, um dos grupos que têm apresentado composições locais e da velha guarda do samba



Foto: Divulgação

## Jovens grupos e velhos bambas dão vida nova ao samba ilhéu



**T**erça-feira, nove horas da noite. No centro de Florianópolis uma roda de samba leva aquilo que hoje não tem muito espaço por aí, o tal do samba raiz, aquele feito com cavaco, surdo, pandeiro, cuíca, tamborim, reco-reco, agogô e chocalho. E mais, com coro de pastoras, como eram conhecidas na década de 40 até 70 as mulheres que acompanhavam grandes grupos. Ali, eram apreciadas músicas como A flor e o espinho, de Nelson Cavaquinho e O Sol Nascerá, de Cartola, variando com composições daquela rapaziada entre 20 e 30 anos.

Este resgate do samba, foi impulsionado há três anos com o surgimento do grupo Bom Partido. Com Dinbo no cavaco, Amarildo no surdo, Bira na viola, mais um pandeiro e Jandira, Josiane e Carmen, as pastoras que, com suas vozes agudas, fazem o coro. O grupo vem fazendo apresentações no Casarão da praça XV, e no Bar do Cal, na Coloninha. No Casarão, toda Terça é dia de roda, ou seja, dia daquela reunião onde, além de tocar os partidos altos, os puxadores improvisam e os compositores apresentam suas músicas mais recentes. Esses encontros reúnem também boa parte da turma que faz o samba na Ilha, amigos de outros grupos, como Novos Bambas e Coisa da Antiga.

Neste ano que vai acabando, o BP tocou com a Velha Guarda da Mangueira, Dudu Nobre, Nei Lopes, Bezerra da Silva e d. Ivone Lara. "A

intenção agora é fazer um cd com o samba raiz feitas pelo pessoal daqui", fala Carlos Alberto Raulino, um dos idealizadores do BP.

Quando surgiu, o BP ficou nove meses ensaiando e, no começo, se apresentava em Barreiros, de onde vem o grupo. Nessa época, Dinbo, que também compõe e canta os sambas dos bambas, diz que "ouvia Fundo de Quintal, Clementina de Jesus. Não conhecia a velha guarda porque ninguém tinha me mostrado", revelando o esquecimento por qual passava o ritmo.

**Samba raiz X Pagode** - "Samba raiz é um slogan criado pela mídia, que nem pagode, para designar aquela linha mais melódica. Há três anos começaram a rotular assim e eu estranhei", fala Carlos. "As diferenças entre samba raiz e pagode estão nas letras, na linha melódica e no arranjo. O pagode deixa a desejar pela quantidade de vezes que falam 'amor, eu te amo'. O samba raiz é melhor pela simplicidade, uma linguagem que conta as nossas histórias. E não é qualquer um que tem criatividade para fazer", explica ele que nasceu próximo de onde o samba chegou aqui na década de 40, na região dos Canudinhos. (ver box)

Sobre o panorama musical de hoje, Dinbo fala da dificuldade que grupos como o seu enfrentam. "No verão, vão tocar na rádio axé e sambanredo. Durante o ano é o samba melódico, 'sambanejo'." Ele diz que, por não tocar esse tipo de som, já foi criticado. "Falavam que em um ano o grupo ia acabar. Teve até quem saiu porque não queria fazer samba de

museu". O espaço que o grupo vem conquistando é motivo de orgulho e alegria para este jovem compositor, que foi chamado para compor o samba enredo da Copa Lord para o próximo Carnaval.

O BP tem a pretensão de explorar Rio e São Paulo para mostrar que Florianópolis tem samba, história e tradição. "Queremos que alguém de lá toque nossas músicas. O Brasil tem que saber que aqui também tem samba, pois pensam que só tem coisa alemã. Parece que só a Oktoberfest é divulgada", reclama. O samba raiz começou a definir na ilha, e em 92, era praticamente inexistente. "O que tinha era um ou outro, como o Tião, graças ao bar na casa dele", afirma Carlos.

• **Tião** - Criado em 1993, o bar do Tião, que na verdade é um prolongamento da casa dele, sempre foi "toda vida simples, onde os amigos passaram a frequentar e começou a encher, daí ampliamos o bar", conta d. Ivonete, mulher de Tião. Ele - nascido João Batista de Almeida em 1936 - viveu até os 22 anos no Morro da Caixa e, assistindo seu pai, Moacir Sapateiro, cantar e tocar violão, foi pegando gosto pela música. "Meu tio Lindolfo me ensinou e eu pegava o violão do meu pai escondido. Um dia, ele descobriu e falou que ia me ensinar aquela coisinha toda que ele sabia".

Abrindo religiosamente às sextas e sábados, o bar esquenta depois da uma hora da manhã. Frequentado por gente de outras regiões da cidade e pela rapaziada mais nova (do

bairro) o bar é um "recanto para curtir a noite, rústico e simples, onde as pessoas sentem o calor humano", fala Ivonete. Ela e o marido já tiveram a honra de receber ali músicos de todas as partes: paulistas, cariocas e, com muito orgulho, dona Zica, que foi ao bar após ter tocado com o BP e a velha guarda da Mangueira no Mercado Público.

O Monte Verde, bairro onde se localiza o estabelecimento, fica no caminho para as praias do norte, e é um dos locais em que a música de certa qualidade e com um certo tempo de história vem se mantendo viva. Lá, encontramos Carlinho do pandeiro e Celso, que toca viola. Além do Tião, esses grandes músicos se apresentam no bar do Rogério, e em aniversários de amigos, como aconteceu recentemente no Restaurante Beliskê, onde o pessoal se reuniu para levar um chorinho e sambas canções. No bar do Rogério, o estilo é livre e rolam desde bambas como d. Ivone Lara e Zé Kéti até um Ilariê (ô, ô, ô), todos em versão com pandeiro, tan tan, chocalho e viola.

Para d. Ivonete, o lugar onde moram vem perdendo sua tranquilidade. "É um pessoal de fora que vem pra cá". Segundo ela, o que vem acontecendo é a ordem natural das coisas. "Os tempos mudaram, somos ultrapassados. Somos a velha guarda, com um modo diferente de entender as coisas". Como diz a mulher de seu Tião, "lá se foi um tempo bom que não volta (nunca) mais."

**Bruno Dorigatti**

Foto: Eduardo Nicodemus Filho



## Grupos amadores só têm vez em sala pequena ou no meio da rua

Os treze integrantes do grupo de teatro *Artesãos de Dioniso* estão reunidos para o ensaio desta noite numa saleta em reforma de um antigo prédio na Praça XV de Novembro. Pendurada por um fio, a lâmpada balança e projeta na parede a sombra dançante de Anderson Tambosi, ator principal da peça *A casa segundo processo do Buraco Jurídico Cotidiano S.A.* Face e braços cobertos de hematomas, ele conta aos colegas como se sentiu ao atuar no 8º Festival Nacional de Teatro Isnard Azevedo, que ocorreu em novembro, logo depois de ter sofrido um acidente de moto. “Tentei aproveitar a dor na interpretação. Foi perigoso – no final eu estava um zurecão.”

Assim como tantos outros grupos teatrais de Florianópolis, os *Artesãos* são amadores abnegados que gastam dinheiro para encenar suas peças, ensaiam e se apresentam em espaços improvisados, queixam-se das políticas públicas de cultura e vivem trajetórias intermitentes de atividade e estagnação. Apenas dois grupos catarinenses – e nenhum florianopolitano – participaram das categorias adulto e de rua do Isnard Azevedo. Mais do que atestar o desprezo de alguns pelo caráter competitivo da mostra, a ausência dos palcos pode ser um sintoma de falta de vitalidade no cenário local do teatro.

Os atores reunidos sob a lâmpada em movimento quase preenchem o espaço onde se apresentarão no fim de semana: não há mais que 25 cadeiras distribuídas ao redor do centro da sala. O ambiente

inusitado, desprovido do palco italiano (distante e elevado em relação à platéia, como no Teatro Álvaro de Carvalho), é uma opção deste grupo. “Desse jeito, as pessoas podem ver que tu é gente, de carne e osso, que tem cheiro”, explica o ator Felipe Prux.

A carência de espaços adequados, entretanto, é um empecilho para a maioria dos grupos, entre os quais o *Armação*, oculto nos bastidores desde 1998. “Ensaíamos nossas peças durante seis meses a um ano, e dificilmente conseguimos espaço”, diz João Vieira Filho, ator do grupo mais antigo da cidade desde a fundação, em 1972. A *Casa de Teatro Armação*, prédio centenário na Praça XV, estará em reforma até meados de dezembro. Situado nos fundos, o palco é um apertado corredor de 3m por 7m. A ribalta (de uma só lâmpada) quase toca a cabeça de João enquanto ele explica que o piso superior, muito baixo, será removido.

**Ilusão e seriedade** – Se os palcos são poucos e inacessíveis, os grupos locais estão descobrindo pequenas salas em universidades, escolas, associações comunitárias e mesmo a rua. Professora de Artes Cênicas da Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc), Eliane Lisboa acredita que seus alunos estão abandonando a “obsessão” de estar no TAC e no CIC – espaços reservados, segundo ela, a apresentações de rentabilidade garantida, como as de atores de novela. “Esse desejo de estar no grande palco é uma incompreensão de que a primeira tarefa do ator é conquistar seu vizinho. Quando a comunidade

reconhece o grupo como seu, ela o respeita e vai aos espetáculos.”

Jornalista por formação e entusiasta pelo teatro desde a faculdade, onde atuava como atriz, Eliane Lisboa acompanhou o Isnard Azevedo como crítica, escrevendo no jornal *A Notícia*. A professora lamenta que neste ano a Fundação Franklin Cascaes não tenha primado pela qualidade (foram convidados “espetáculos horríveis”), mas atribui ao evento grande importância na promoção da cultura do teatro em Florianópolis. “Foi a única chance que a cidade teve de assistir a espetáculos de qualidade e experimentais.”

É uma opinião mais otimista que a de Luiz Alberto Corrêa, dos *Artesãos*, que vê o Isnard Azevedo na contracorrente de congêneres realizados em Porto Alegre, Curitiba e Recife, que seriam mostras de produção, e não competições. Já Eliane Lisboa avalia com otimismo o cenário local de teatro: “Estamos vivendo um bom momento. Há grupos surgindo, linguagens diversas, continuidade”. Os alunos que ingressam na Udesc hoje, considera, têm menos ilusões e mais seriedade que os de ontem.

**Liberdade de culto** – O entusiasmo de grupos novos como o do Serviço Social do Comércio (Sesc) e o *Experiência Subterrânea* (Udesc) contracenam com a intermitência – em alguns casos, decadência – dos tradicionais. “Existem grupos com histórias longas, mas cheias de intervalos, bastante irregulares”, diz Eliane Lisboa. Cita o *Armação*, o *Grupo A*, o *Dromedário Loquaz* (fundado pelo falecido Isnard Azevedo).

Protagonista há 28 anos da “história irregular” do *Armação*, João Vieira Filho conta o que se passa nos períodos de latência: “Estamos sempre no processo de ler textos.” O texto que o grupo lê neste momento, e pretende encenar a partir de janeiro, é o livro *Sorrisos meio sacanas*, do cronista Sérgio da Costa Ramos, sobre temas ilhéus. “O *Armação* nunca enveredou pela via do experimentalismo”, conclui João, ao final de um giro com o olhar sobre pôsteres desbotados de espetáculos do grupo, pendurados nas paredes da Casa Armação. “A gente cultua muito o teatro tradicional.”

Divindade diferente cultua o grupo criado há cinco anos por Luís Alberto Corrêa (Dioniso, a propósito, é o deus grego do vinho e da embriaguês): “O *Artesãos* não está fechado em nenhum tipo de linguagem.” *A Casa* é interpretada com ampla liberdade pelos atores, que associam ao texto experiências próprias. “Posso representar estar lavando as mãos com os gestos de quem descasca uma laranja”, exemplifica o ator Felipe Prux. Mas não fica difícil compreender o espetáculo, desse jeito? “Não estou preocupado em entender a peça”. Se o público achar tudo muito estranho, os *Artesãos* ficarão satisfeitos. É uma filosofia que talvez torne mais árduo o desafio de conquistar o público e se estabelecer, mas é o que tem enfrentado também, e não sem esforço, grupos tradicionais como o *Armação*.

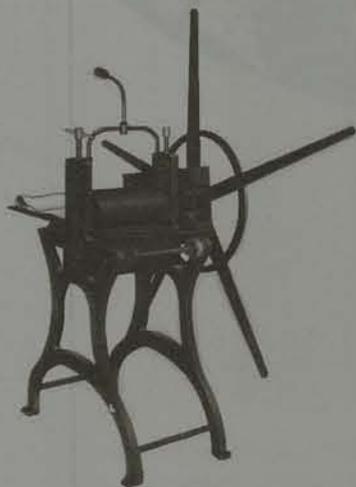
**Leonardo Collares**

**SUSTO** Panorama local espanta qualquer um com seus espaços que custam os olhos da cara e obrigam os artistas a montar suas peças com uma mixaria



# Publicar é o calvário do escritor...

**Ele padece com o corte de páginas pois banca 40% dos custos totais**



**D**iz o ditado: "Toda pessoa deve plantar uma árvore, ter um filho e escrever um livro". Na Ilha da Magia, e praticamente em todo o país, aqueles que resolverem levar essa máxima ao pé da letra terão que enfrentar árduos caminhos através do *Calvário da Publicação*. É uma verdadeira *via-crucis* o processo para um escritor fazer de seus originais uma realidade de páginas, frases e letras dentro de uma capa.

O primeiro passo é procurar uma editora. O autor situado em Florianópolis tem várias opções: EDUFSC, FTD, Garapuvu, Insular, Letras Contemporâneas, Lunardelli, Papa Livros, e algumas mais. Outra opção é tentar mandar seu trabalho para alguma editora reconhecida nacionalmente. Acredite, vai ser como achar uma agulha no palheiro, ainda mais se o escritor for desconhecido. Com uma produção literária nacional, que chega a 140 títulos por dia, é difícil que editoras se arrisquem a lançar algo sem reconhecimento. Essas grandes editoras já têm o seu cronograma de publicações comprometido, quase que por um ou dois anos. Ao chocar-se com essa realidade, resta ao autor decidir-se entre as editoras regionais. Então ele vai se deparar com o orçamento do seu tão sonhado livro, e vê que o custo da empreitada é salgado. A maioria das editoras de Florianópolis apresenta a seguinte

perspectiva: o preço final gira em torno de oito a quatorze centavos por página, para uma tiragem de mil exemplares. Portanto, o escritor que estiver começando deve escrever pouco, em torno de umas 100 páginas para não deixar o orçamento tão pesado. Afinal de contas, ele terá que bancar pelo menos 40% do custo total, pois na melhor das hipóteses, a editora paga os outros 60%. Caso contrário, o livro estará fadado ao engavetamento por falta de recursos. Sempre há a alternativa, é claro, de se conseguir um apoio cultural ou ainda algum tipo de patrocínio. Certas editoras são mais flexíveis e podem oferecer propostas mais acessíveis, é só questão de dialogar.

Outra possibilidade é que o autor busque a Editora da UFSC. Através dela, o livro será publicado sem que o escritor tenha que gastar nada. Só que para ser aprovado ali, o livro deve passar por uma banca avaliadora, cujo veredicto é indispensável. O único problema é que o autor não vai ter direito a praticamente nenhum exemplar do seu livro e, se quiser vai precisar comprar ou implorar por um volume.

O escritor que chegar até aqui já pode se considerar um bravo guerreiro das letras. A luta passa então a ser travada no campo da divulgação. Evidente que o escritor quer ser lido, e para isso o livro tem que ser exposto. A briga é grande. As livrarias só têm espaço para figuras badaladas pela mídia, como Paulo Coelho e Jô Soares. Basta entrar em qualquer livraria e dar uma olhada na sessão de lançamentos para confirmar. Grande parte dos escritores acha que cabe às escolas e universidades o papel de tornar a nova literatura catarinense conhecida. Só que

a maioria dos colégios raramente recomenda algo além do que cai nos vestibulares. As universidades dizem primar pela qualidade, e não necessariamente pela regionalidade. A pejeja prossegue, e os poucos livros catarinenses que chegam até a sofrida publicação correm o risco de serem apagados ou, quem sabe, ressuscitados num futuro indefinido.

**Estrada certa** - Realmente são estranhos os caminhos que levam as pessoas a exercer a função de escritor. A história de Ivan Panchiniak, atual funcionário da Editora da UFSC, não é exceção. Natural de Itaiópolis, e descendente de ucranianos, Panchiniak é formado em filosofia pelo Seminário Cardeal Tisseram. No seu currículo estavam previstos os estudos sobre Teologia em Roma, tudo bancado pelo clero, mas uma grande paixão se pôs diante dele. Com 20 anos de idade, Ivan abandonou o seminário para viver nos braços de seu amor.

Em 1995, a Fundação Franklin Cascaes publicou seu primeiro livro *Flagrantes do Cotidiano*, uma coleção de contos. No ano de 1997, Ivan publicou pela editora da UFSC o seu primeiro romance: *Rutenia*, com uma tiragem de mil exemplares. Os contos do escritor são geralmente inclinados ao humor e ressaltam as fraquezas humanas. Em 2001 ele pretende publicar novamente pela Eufsc, outra coletânea de contos intitulada *Humanos e mundanos, divinos e diabólicos*. O escritor



**ECONOMIA** Pablo cortou e conseguiu

tem mais três romances para serem publicados, dois deles são: *Águas Claras*, ambientado no meio oeste do estado, que conta passagens históricas, da época do Contestado; e *Pequenos Abutres*, nesse romance uma figura representa o poder e usa de todos os subterfúgios para se manter nele. O terceiro livro, ainda não tem um título certo, mas o tema desenvolvido é sobre a vingança. Em seus romances, Ivan procura explorar a política e as relações em que o jogo do poder se enreda, traçando assim, um paralelo com a situação política do Brasil.

Panchiniak disse estar contente com a Eufsc, pois os livros publicados são distribuídos praticamente em todo o Brasil, nas Livrarias Universitárias, através do sistema PÍDEL - Programa Intensivo de Distribuição de Livros, empregado pelas instituições. A Eufsc tem a preocupação de divulgar os autores catarinenses no próprio Estado. Uma mostra desse intento é o fato de que os autores, cujas obras foram publicadas pela Editora da UFSC, têm os seus livros expostos nas livrarias comerciais. O resultado desse acordo foi a venda de 198 títulos somente nesse ano.

**Moto ou estréia** - Christiano Scheiner é estudante de artes cênicas da UDESC, tem 23 anos, já publicou um livro e escreveu vários monólogos. Da união de três deles, *Pequeno Monólogo de Julieta, A caçada e O açougueiro*, resultou a peça *A fome em 3 atos*, que foi apresentada no 8º Festival Isnard Azevedo em novembro desse ano.

Em 1999, Scheiner publicou seu primeiro livro *Ódio e Contos Ordinários* pela editora Papa-Livros. Para essa publicação que teve uma

tiragem de 1000 exemplares, o autor gastou entre dois mil e dois mil e quinhentos reais. Christiano disse que tinha esse dinheiro guardado para comprar uma moto ou outra coisa qualquer, mas preferiu investir no próprio trabalho. Scheiner contou que o editor Wilson Mendes disse que no primeiro livro ninguém banca o escritor, pois ninguém sabe como vai ser a resposta nas vendas. Para o estudante, a busca pela publicação de seu trabalho o levou a um amadurecimento como escritor. "No início foi difícil entender como funciona o mercado editorial. Você tem pouca maturidade sobre aquilo que escreve, e acaba mudando um pouco para se adequar", disse Christiano.

O livro de Scheiner foi posto nas livrarias Catarinense, Açoriana, Insular e na Convivência, situada na UFSC. Apesar dessa distribuição, o escritor não ficou nada contente com o tratamento dado ao seu livro. Scheiner falou que os vendedores não conhecem os autores catarinenses e quem procura por tais livros é mal atendido. Christiano também denuncia que "os livros ficam empilhados, não são expostos para a venda e dentro de oito meses são devolvidos por causa da baixa saída". Mas o investimento do estudante valeu a pena, pois os resultados vieram. Em setembro desse ano, o seu conto, *Ódio*, recebeu o *Prêmio Boi de Mamão*, concedido pela Câmara Catarinense do Livro.

Durante a Feira do Livro de Florianópolis, Christiano foi até a editora Letras Contemporâneas e deixou o original de seu próximo trabalho, *O amor e o Jogo da Maldade*, para ser analisado. A resposta veio um mês depois, em outubro, quando o editor, Fábio Brüggemann, encontrou Scheiner no Centro Integrado de Cultura (CIC), após a apresentação da peça *A fome em 3 atos*. Brüggemann gostou da peça e se interessou pelo trabalho de Scheiner. "Não sei se o livro vai agradar, porque tanto a estrutura quanto a temática são completamente diferentes do que o Fábio viu na peça. É esperar pra ver", falou o escritor.

**Livro para aulas** - O amor pela literatura faz com que alguns não trabalhem apenas para conhecê-la, mas para ensiná-la também. É o caso de Pablo Pereira, um jovem de 22 anos, estudante e professor de letras, além de poeta e escritor. O desejo de escrever algo que não fosse linear levou Pablo a compor o livro *Sinfonia N.º 5*. Pode-se dizer compor porque o livro pode ser lido como um aglomerado de contos e poesias, que formam a história em si.

Com as idéias anotadas, uma certa inspiração e bastante força de vontade, em quatro meses a história estava pronta e então ele se deparou com a parte mais difícil: publicar. Primeiro o escritor foi até a Editora Insular, e lá fizeram um orçamento em torno de R\$2.000 para a publicação. Embora desanimado pelo custo que sua obra teria, Pablo resolveu ligar para outra editora, a Letras Contemporâneas. O escritor falou diretamente com Fábio Brüggemann, o editor, e o livro foi publicado em novembro de 1999. Para uma tiragem de 500 exemplares o custo total ficou em R\$1.700. A editora arcou com R\$700, o Colégio Geração bancou R\$500 e adquiriu mais 50 volumes, assim o livro foi viabilizado.

Entre os livros catarinenses que o professor trabalha com as turmas, estão: *Rio Madrenses*, de Fábio Brüggemann; *Confissões Prematuras*, de Salim Miguel; *Os milagres de São Jerônimo*, de Péricles Prade; e - é claro - *Sinfonia N.º 5*, de Pablo Pereira. Segundo o professor, os alunos demonstram interesse em ler o livro que o mestre escreveu. "Mas eu digo aos meus alunos que eles não precisam comprar meu livro, pois o colégio adquiriu 50 exemplares que estão na biblioteca e como são 29 páginas, todos podem ler sem precisar comprar", informa Pablo.

**Marcelo Comini**

# ...se o esquecimento não for sua cruz

Ivair Antonio Gomes é mais um dos escritores locais que não têm recursos para publicar seus livros. Aos 30 anos, o autor está escrevendo o seu terceiro romance policial com o título provisório *Morte em Dezembro*. Trata-se de uma trama policial que envolve assassinatos e politicagem durante um encontro de autoridades do Cone Sul em Florianópolis. Um trabalho que, segundo o escritor é árduo, e envolve a perda de muitas horas de sono, finais de semana e feriados.

Natural de Campinas do Sul (RS), Ivair foi alfabetizado aos cinco anos "por uma preta-velha, que morava nos fundos de casa". Graças a essa mulher, o gosto pela leitura o conquistou desde a infância. Um fato curioso na vida de Ivair é que ele logo ficou conhecido por sempre chegar atrasado nas aulas. O motivo? Ele ia à biblioteca do colégio, ficava lendo livros de aventura e perdia os horários. Não demorou muito para que os funcionários da própria biblioteca passassem a lembrar o garoto de que já estava na hora da aula. Hoje o escritor até gostaria de reencontrar a senhora que o introduziu no mundo das letras, mas quando ainda era criança a família teve que se sair de sua cidade natal, e ele esqueceu o nome da mulher.

Desses acontecimentos temos duas características que marcam profundamente o escritor: as constantes mudanças de residência e a dificuldade para memorizar nomes. O pai trabalhava na implantação de redes hidrelétricas, o que fazia com que sua família mudasse de cidade várias vezes. Uma das localidades de que Ivair Gomes mais se recorda é a cidade de Rosana, no interior de São Paulo. Lá ele passou dos 12 aos 18 anos, praticamente toda a juventude. Em Rosana ele teve a sua primeira namorada, as aventuras da juventude, os amigos de colégio, e todas as esperanças juvenis. Nessa

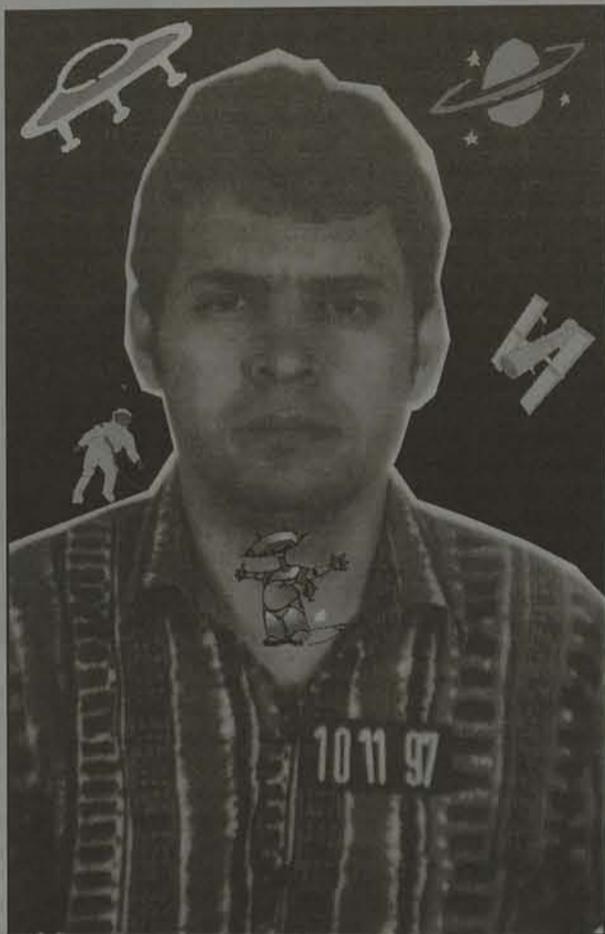
época, Ivair tornou-se apaixonado por livros de banguê-banguê. Essa paixão o levou a colecionar os livros de bolso da série *Tex*, *Ken Parker* e *Zagor*. Se você der uma olhada em algumas bancas e livrarias-sebo pode ser que encontre esse tipo de livro, um sucesso dos anos 60 e 70.

**Carta de amor** - Sempre que possível Ivair buscava saciar a sede de leituras. Os primeiros clássicos que impressionaram foram *Servidão Humana*, de Somerset Maugham e *O Conde de Monte Cristo*, de Dumas. Ivair tinha interesse em estudar literatura e até pensou em ser professor, mas tinha um medo compulsivo de ser espancado por algum aluno devido à sua compleição franzina.

Em 1986, com 19 anos, Ivair mudou-se para Florianópolis. Foi por anos que ele teve uma desilusão amorosa e resolveu escrever uma carta, como se fosse uma despedida. Não teve coragem de entregar a carta e a guardou. Com o passar do tempo o texto foi sendo modificado, alterado, relido e reescrito. Ivair percebeu que poderia fazer uma pequena história baseado nas experiências das coisas que tinha vivido. Na época ele recebeu incentivo de uma professora que escrevia para uma revista de turismo. O nome dessa professora, Ivair também não recorda. Mas ela lhe deu orientações de como situar personagens em tempo e lugar. O escritor reconhece a atenção dessa professora como o seu primeiro empurrão para ser um escritor. Essa orientação espaço-temporal acabou por ser uma das características mais marcantes

nos romances de Ivair. Ele tem uma preocupação minuciosa com a descrição dos lugares e do modo de vida de seus personagens. Passa boa parte do tempo de produção pesquisando para dar o máximo de realismo às suas ficções. O autor conta que chegou a fazer aulas de russo, buscando compreender melhor o alfabeto cirílico, para compor um de seus personagens.

Bom, mas a história deste contador de histórias policiais nem sempre é um caso fácil de ser resolvido. No fim das aulas de 1987, Ivair entregou para a professora "um calhamaço de textos que tinha escrito". Entre eles estavam a carta, já bem transformada, e mais ou menos



Manipulação digital sobre foto 5x7

**MEMOREX** Todos os textos esquecidos com a professora

uns 100 poemas e pequenos textos em prosa. Quando as aulas recomeçaram, ele foi procurar a professora que, para sua surpresa, havia mudado de cidade e a direção do colégio não sabia informar o novo endereço. Tudo o que Ivair havia escrito e entregue desapareceu, e ele não tinha guardado nenhuma cópia do seu trabalho. Esse foi um golpe duro para Ivair e serviu como um forte desestímulo para continuar a escrever. Ele sentiu muito pela carta, é claro, mas principalmente pelos poemas: "tudo o que você escreve é pessoal, e quando se mostra para alguém, você se entrega, ainda mais quando são poemas". Depois dessa experiência, ele resolveu não escrever mais tantos poemas, mas deixar de escrever, nunca!

**Recomeço** - Ivair escreveu novamente em 1992. Sob forte influência de Morris West, Irvin Wallace, e principalmente Frederic Forsythe, ele dedicou-se aos romances policiais. "Em termos de espionagem não há quem escreva como o Forsythe", ressalta Ivair. *O 5º Homem*, nome de seu primeiro livro, é uma trama sobre a investigação da morte de um homem envolvido na construção de uma barragem no interior de Santa Catarina. A história se desenvolve ganhando proporções inesperadas e o investigador acaba descobrindo o envolvimento dos druidas com a política da região. Isso mesmo que você leu: druidas! Apesar do texto estar com 80 páginas, formato A4, a obra ainda está inacabada. Segundo

Ivair, é preciso completar mais uma pesquisa para terminar a história e garante que "com mais 30 páginas o romance pode ser concluído".

Apesar de não ter acabado o seu primeiro romance, Ivair resolveu tentar concretizar o livro. Começa então a luta do autor para publicar a obra. "Procurei a Insular, a Lunardelli, a Garapuvu, e a única editora até agora que pareceu se interessar em pelo menos me dar uma resposta foi a FTD", declarou o escritor. Segundo ele, os editores perguntam primeiro pelo seu currículo. Como Ivair só tem o segundo grau técnico, sente que as portas já começam a fechar. Alguns editores chegam a passar um orçamento para a publicação, e esse orçamento sempre é de um valor muito além de suas possibilidades. Como solução, chegou a pensar em fazer um empréstimo no banco.

Ivair completou o segundo grau técnico profissionalizante e hoje está de licença na indústria de cerâmica Tec-Cer. O afastamento, de dois anos, se deve a uma lesão na coluna. Ele é um dos responsáveis pelo ajuste do forno e secagem das peças durante o período noturno, que vai das 10 horas da noite às 6 horas da manhã.

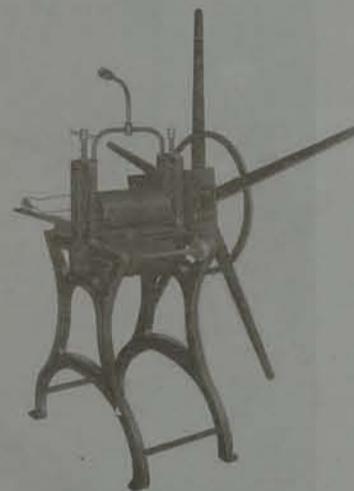
O tempo em que tentava concluir, e principalmente publicar o seu livro, Ivair fez contato com um grupo de escritores iniciantes, através da internet. Ele diz que todos realizam um certo intercâmbio de seus materiais escritos e foi aí que passou a ter uma preocupação maior com a gramática e a linguagem. O nome do grupo? Não, ele não lembra, e como o seu modem precisa de concerto, há um certo tempo que não entra em contato com essas pessoas. Mas afirma: "Há bons escritores e em grande quantidade. O que falta na verdade é um espaço para que novos talentos apareçam".

**Dias difíceis** - Mesmo que o *O 5º Homem* não conquiste a confiança dos editores, Ivair não deixa de digitar seus trabalhos. Ele escreve apenas no computador e acha que esse auxílio é fundamental para trabalhar seus textos. Como todo escritor, também é um pouco autobiográfico: "O autor que não coloca nada de si em seus livros é um idiota, e aquele que põe demais é mais ainda". Em meio a todas essas dificuldades para ser um escritor lido, para publicar o seu trabalho, para ganhar reconhecimento, ele começou a escrever *Dias Difíceis*. Neste livro, Ivair procurou desenvolver "as preocupações e temores do homem moderno nos dias de hoje, o conflito do personagem e o eterno duelo entre o bem e o mal". Aproveitando todo o clima de final de milênio, seitas, caos urbano e crimes hediondos, Ivair concebeu um romance policial onde o investigador que já foi padre, está na pista de um grupo que realiza rituais satânicos com menores. Para este livro, o autor fez entrevistas até com autoridades da polícia como o Delegado da 6ª DP de Florianópolis. "Eu acho que esse livro tem tudo a ver com o fim do ano 2000" diz. Durante a Feira do Livro de Florianópolis, que aconteceu em setembro desse ano, ele fez de tudo para conseguir publicar o *Dias Difíceis*. Com isso, a idéia do empréstimo martelou mais forte em sua mente, mas não deu. O original está por aí parado nas prateleiras de algumas editoras.

Mas quem pensa que Ivair se rendeu está enganado. Os planos para o terceiro romance já estão em andamento. O autor está se esforçando em realizar suas pesquisas para escrever sobre um crime que ocorre durante o encontro de autoridades do Cone Sul, que vai se chamar algo como *Morte em Dezembro*. Ivair tem um quarto livro, que reúne dez contos e chama-se *Recordações*. Quanto à publicação... bem, isso vai exigir muito mais esforço.

**Marcelo Comini**

**Morris West, barragens, druidas e nenhum nome na cabeça**



# Novas bruxas usam decotes e tecidos finos para seduzir os homens

**Cascaes vira moda depois de ser teatro, minissérie e carnaval**

**A**rtista audacioso. Assim se pode definir o homem que fez a primeira leitura dos costumes, crenças e modo de vida de toda uma população. As inúmeras obras que deixou sobre a cultura de base açoriana continuam inspirando diversos artistas locais. Depois de conversar, ouvir histórias e observar os pescadores das praias do Sul da ilha, transformava todas as suas impressões em desenhos, textos e esculturas, mas em plena década de 40, quando se expandia a sede pelas novidades dos grandes centros urbanos, era visto como exótico e até mesmo louco por aquela que se intitulava a elite de Florianópolis.

que toda bruxa procurava se casar para ficar sempre bonita. Taísa usou tecidos finos, transparências, rendas, muitos decotes e recortes em suas roupas para transmitir a sensualidade que as bruxas usariam para seduzir os homens. "Elas são as personagens mais marcantes de Cascaes na cultura catarinense", comenta Taísa.

Inovador no comportamento, Cascaes previu o que hoje fica claro: a necessidade de se documentar a riqueza cultural da Ilha de Santa Catarina. Seu trabalho se transformou em uma fonte única e inesgotável, procurada por artistas e pesquisadores que a reciclam e expõem, mantendo vivo assim todo um universo de lendas e crenças que caso contrário teriam caído no esquecimento.

A pintora Vera Sabino homenageou vários artistas na exposição em que comemorou os 30 anos de carreira, em 1998. Entre eles estava Franklin Cascaes, e quatro de seus trabalhos sobre bruxas foram recriados por Vera. Um dos quadros expressa a história de que a bruxa que conseguisse enrolar o maior número de fios de cabelo da bruxa velha seria a sua substituta. Outro retrata uma reunião de bruxas metamorfoseadas. "Uma vinha em forma de tesoura, outra em forma de garrafa de cachaça, cada uma assumindo uma forma diferente", conta Vera. O quadro *Mulheres bruxas atacam cavalos*, que está hoje na Fundação Franklin Cascaes, retrata uma lenda ouvida pelo artista na Lagoa da Conceição, que diz que as bruxas vinham no pasto à noite, montavam nos cavalos e enrolavam os rabos dos animais. Outro quadro mostra as bruxas que roubavam as lanchas baleeiras, iam até à Índia e de manhã cedo retornavam. "Diz a lenda que os barcos voltavam com cheiro de rosas". A exposição serviu para que as pessoas pudessem conhecer a obra do artista que, segundo Vera, está muito esquecida pelos moradores de Florianópolis. "A Ilha se modificou muito, poucos conhecem Cascaes".

Um dos artistas locais que mais tem se baseado na obra de Cascaes é Jone Cezar de Araújo, criador da decoração de Natal do centro de Florianópolis neste ano. Ele fez sua primeira fantasia de carnaval inspirada na mitologia estudada por Cascaes há mais de 20 anos. O traje era inspirado no boitatá, feito com areias brancas da lagoa da Conceição e areias negras da

Lagoa do Peji. Depois das fantasias, Jone começou a trabalhar com pinturas, instalações e colagens: "Fui premiado com várias delas e todas foram inspiradas na mitologia da Ilha. Tenho 185 prêmios no total." E ele segue se inspirando nos estudos de Cascaes sobre a cultura da Ilha: "Ele tem uma fonte quase que inesgotável de trabalhos, escultura, desenhos e textos. Pra que eu vou perder tempo? Eu vou é trabalhar em cima disso", fala entusiasmado. Ele acha que a única área que ainda não deu valor para os estudos feitos por Franklin Cascaes é o cinema: "O que estes cineastas da cidade e do estado estão fazendo que não vêem o valor que as obras dele têm? É uma vergonha!".

Na televisão, pelo menos um trabalho inspirado em Cascaes teve grande alcance nacional. A releitura do trabalho Ilha das Bruxas, resultou numa minissérie de 24 capítulos, gravados em Ratonés e Laguna, e foi ao ar pela TV Manchete em 1991. A autora do roteiro, Maria Izabel Orofino, disse que "a minissérie veio meio que por acaso. Estava em casa assistindo a telenovela *Pantanal* na Rede Manchete e notei que a emissora estava com uma abordagem bem diferente, mostrando o Brasil que o Brasil não conhece. Então pensei em levar para a Manchete um projeto de minissérie aqui na ilha".

A autora do roteiro já havia estudado a obra de Cascaes para fazer o vídeo *Santo de Casa* como Trabalho de Conclusão no curso de Jornalismo da UFSC, em 1986. Ela conta que o vídeo foi inspirado em uma conversa com Cascaes, anos antes: "Ele contou a história do primeiro aviador catarinense, um matuto ilhéu que morava no Campeche, onde na época havia um campo de pouso para receber os aviões do correio aéreo francês." Para traçar um paralelo entre o aviador e Cascaes, a jornalista mergulhou na obra do artista. "Eu passava tardes e tardes no museu lendo os manuscritos dele."

Uma das primeiras releituras artísticas da obra de Franklin foi a peça *Cascaes*, dirigida por Olga Romero e encenada há 16 anos em Florianópolis. O espetáculo atraiu turistas e também foi muito prestigiado pelos moradores da Ilha. Para Martha, "a peça mostrou a essas pessoas que Cascaes não era o homem maluco que muitos diziam ser. Ele foi e continua sendo muito importante para a cultura catarinense".

**Andrea Fischer  
Cristiane De Lucca  
Marina Gastaldi**



**LAVOISIER** Na passarela (alto) ou atacando cavalos, as bruxas provam que nada se cria, tudo se transforma

Franklin Cascaes acertou e sua obra até hoje rende frutos. A mais recente releitura de seu trabalho foi o desfile de formatura do Curso de Moda e Estilismo da Udesc, onde cada aluna criou um traje inspirado nas bruxas, boitatás e sereias da obra do artista. Vivia do trabalho como professor na Escola Técnica, mas sempre montava exposições para as comunidades. "Aqui o artista é visto como malandro. Mesmo que pedisse ninguém me ajudaria", falava. Enquanto vivo - morreu em 1983 - não teve reconhecida a importância da sua obra de resgate cultural.

Uma das estilistas recém-formadas, Taísa Vieira, resolveu fazer toda sua coleção inspirada em *As bruxas e o noivo*, história onde Cascaes conta

# Galos galácticos e suas cores lisérgicas levam 12 mil pessoas ao Masc

## Obra de Meyer Filho é celebrada com uma mostra digna de Marte

Dois garotos de 16 anos saem da sessão de cinema do CIC e percorrem algumas galerias do prédio até que olhos de espuma pendentes do teto os levam à entrada de uma exposição.

Vendo os garotos discutindo sobre pagar ou não a entrada, o vigia se aproxima e explica que a roleta é apenas para registrar a quantidade de pessoas, que não se cobra nada e só não pode tocar nas peças.

O vigia vira guia e conduz os garotos para dentro de uma esfera vermelha de dois metros de diâmetro, com interior de lona azul e laranja. Um projetor mostra desenhos de galos metamorfoseando-se em olhos, em flores e corações, até projetar a fotografia de um homem com um coração desenhado no peito, três pétalas na testa, uma flor e uma borboleta nos ombros. Então o guia explica que Ernesto Meyer Filho foi um artista plástico natural de Itajaí e radicado em Florianópolis desde os quatro anos de idade.

Eles chegam a uma grande sala com painéis de desenhos em preto e branco, um mostruário com livros, fotografias, revistas, recortes, pincéis, tubos de tinta e outros objetos pessoais. Os garotos se espantam com a presença de Cosmos, de Carl Sagan e do livro psicografado Habitantes de Marte, mas a voz esgançada e aguda de Meyer Filho, contando a vez em que foi expulso da UFSC depois de afrontar o reitor, os leva até um segundo vídeo.

Os garotos chegam nas pinturas de construções aóricas, de um colorido intenso e variado, e o guia explica que o artista não gostava de espaços vazios em suas telas, por isso tantos detalhes nos quadros. O canto de galos os leva a uma sala maior ainda, com o piso forrado com lona e brita. A decoração simula uma chácara, e nas paredes só

há galos coloridos. O guia diz que Meyer Filho adorava galos e que em toda sua obra há mais galos que qualquer outra coisa, todos chamados de Galo Galáctico VLSTEMF. O sítio termina com uma galinha enorme desenhada na parede, com uma escada no meio.

- Cara, a gente vai entrar no rabo dessa galinha? - perguntam em uníssono os garotos.

O guia ri e os leva à escada, que dá num túnel inclinado para baixo, desembocando num tapete vermelho em forma de coração. Na sala, mais galos e bichos galácticos, só que fâlicos. A verdade é que o rabo da galinha levava a um grande pênis azul, sendo a rampa sua uretra, o que transforma a todos em secreções de Meyer Filho.

Em seguida todos entram numa sala prateada, assistem a outro vídeo e terminam num corredor ladeado de cortinas pretas. A luz praticamente some, deixando todos no escuro. Neste salão estão galos pintados a nanquim, uma mesa e uma lupa sob um quiosque, onde se pode ver um zodíaco em miniatura desenhado por Meyer Filho.

O guia os leva para ver uma série de desenhos feitos na época em que o artista ainda era um jovem sem grandes pretensões. E na última sala estavam alguns dos 36 mil desenhos feitos durante os 30 anos em que trabalhou no Banco do Brasil. Ao deixar a sala os garotos vêem um violinista e três atores

vestidos com o mesmo surrealismo das telas, numa performance em frente à entrada da exposição. O vigia ainda diz que além de apresentações teatrais há uma oficina de desenho e uma de contar histórias. Os garotos então seguiram a performance teatral, atrás da música do violino. Mal sabiam eles que estavam entre as mais de 12 mil pessoas a visitarem o universo de Meyer Filho. Esse número dobrou as mais otimistas expectativas de todos os envolvidos na produção do evento. Agora, os jovens contam por aí que Florianópolis tem artistas incríveis, um deles em especial, pintor de galos e personagens cósmicos. Eles também tinham começado a pensar em fazer alguns desenhos, mas assim, sem maiores pretensões.

**Jônatas Kosmann  
Marcelo Comini**

## Pintor esperto é funcionário público

O grande apanhado que fizeram da obra e vida de Ernesto Meyer Filho (1919/1991), sem sombra de dúvida, um dos três maiores e mais importantes representantes da arte catarinense, merece os aplausos. Um olhar de relance sobre algumas obras de Meyer Filho pode causar impressões erradas, já que a técnica é infantil – o objeto está sempre de perfil e não há perspectiva, os temas são recorrentes e o colorido é berrante. Mas o cara é bom mesmo.

Auto-proclamado artista numa época em que Florianópolis não era mais do que um pedacinho de terra perdido no mar, Meyer Filho encarou a descrença do povo da ilha, que não admitia que um artista fosse funcionário

público. Desde muito ele já havia matado a charada da arte, e dizia ser pintor, não burro. Trabalhou no Banco do Brasil durante 30 anos e sempre se considerou um bom funcionário, mesmo que nesse período tenha feito "uns 30 mil desenhos". Seu orgulho era ter se aposentado "sem nenhuma úlcera, nenhuma advertência e nenhuma promoção."

Em 1964 se descobriu marciano, com a missão de difundir a arte de Marte na Terra. Lá, onde era um artista muito conceituado, foi avisado que seria recebido aqui com incredulidade e passaria por louco, mas depois de 30 anos seria reconhecido como gênio. Aficionado por galos cósmicos, passou

grande parte de sua vida a pintá-los, a maioria deles com um colorido lisérgico. Teve visões cósmicas das praias da ilha e registrou o amor de genitálias centáuricas.

Foi uma superprodução, com monitorias para alunos das escolas, uma bela divulgação em TV, rádio e jornal, palestras de amigos do artista, e performances teatrais

Muito além de Marte: o universo de Meyer Filho vai ser lembrado como um divisor de águas nas exposições artísticas no estado, sobretudo na capital.

**Bruno Dorigatti  
Jônatas Kosmann**



**ALIENÍGENA** O artista aprendeu em Marte as técnicas da arte cósmica e foi prevenido de que seria inicialmente chamado de louco para ser lembrado no futuro como um gênio do desenho surreal



